

02.

Caracterização Florestal

setembro 2013
município de nelas
lugar do plano, gestão do território e cultura



Índice

A. Introdução	3
A.1. Os PROF's	4
B. Caracterização	5
B.1. O Território	5
D.1.1. Subregiões Homogêneas	7
B.2. Espaços Florestais e sua Evolução	13
B.3. Recursos e Produtos Florestais	21
B.4. Risco de Incêndio	26
C. Regulamento PROF-DÃO LAFÕES compatibilização com o PDM	35
D. PROF / DL – Proposta de Plano	36
D.1. Introdução	36
D.2. Região PROF / Dão - Lafões	36
D.1.2. Estratégia Genérica	37
D.1.3. Objetivos Específicos	37
D.3. Sub-Região Homogênea Terras do Dão	37
D.4. Sub-Região Homogênea Floresta da Beira Alta	40
D.1.4. Pontos Fortes e Pontos Fracos	40
D.1.5. Objetivos Específicos	41
D.1.6. Modelo de Organização Territorial	41
E. Contribuições para o Ordenamento	43

A. Introdução

No âmbito da elaboração de um Plano Diretor Municipal é fundamental conhecer o território para o qual se está a elaborar a figura de ordenamento sobre o qual irá incidir. Neste campo específico de atuação, do setor florestal, é evidente a sua enorme expressão neste concelho. Nessa medida é fulcral que uma parte dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal de Nelas se debruce na caracterização e análise desse setor.

Nesta medida, importa sobretudo procurar uma compatibilização entre os diferentes usos do solo, nomeadamente os solos urbanos e os solos florestais, e assegurar que as diferentes valências que caracterizam os espaços florestais, entre os quais, a de lazer, a de proteção e conservação, e de produção.

No atual sistema de ordenamento e das figuras de plano enquadráveis no sistema português, as figuras mais diretamente relacionadas com a classificação e qualificação dos solos, e com o ordenamento florestal são sobretudo os planos diretores municipais, e mais recentemente, os planos regionais de ordenamento florestal.

Desta forma, e aqui chegados, no âmbito da atual revisão do PDM de Nelas, importa sobretudo articular e compatibilizar as duas figuras de plano, quando os PROF's ainda são novidade e se encontram também em elaboração, estando, neste caso, o Plano Regional de Ordenamento Florestal de Dão e Lafões na sua segunda fase, tendo sido apresentada a Proposta de Plano.

Assim, para o conhecimento mais integrado do território de Nelas, no que se refere à ocupação florestal, recorre-se à primeira fase dos trabalhos do PROF-DL, onde foi já feito um considerável esforço no tratamento de dados de base, transformando-os em informação útil no processo de planeamento em questão, pelo que seria incomportável proceder a novos trabalhos conducentes à obtenção da mesma informação, e até “absurdo” omitir esses mesmos dados no presente trabalho! Desta forma, na presente caracterização, socorre-se à caracterização efetuada no PROF-DL, sempre que tal se justifique útil e consentâneo com a metodologia de trabalho adotada, até porque estas realidades são bem mais abrangentes do que a área restrita do concelho, e para a qual as delimitações administrativas pouco importam.

A.1. Os PROF's

Os princípios orientadores da política florestal definida na Lei n. 33/96, de 17 de agosto (Lei de Bases da Política Florestal), nomeadamente os relativos ao aumento da produção florestal e à conservação da floresta e dos recursos naturais associados, implicam, entre outras medidas de política, a adoção de planos regionais de ordenamento florestal (PROF), promovendo a produção sustentada de bens e serviços por eles fornecidos e definindo zonas de intervenção prioritária para os diversos agentes públicos e privados.

Para além dos objetivos gerais de curto prazo acima descritos, no futuro, a adoção destes instrumentos de ordenamento e planeamento florestal permitirá igualmente a aplicação regional não só das diretrizes estratégicas nacionais mas também a monitorização da gestão florestal sustentável, de acordo com critérios atualmente em discussão em diversos fóruns nacionais e internacionais.

Como instrumentos sectoriais de gestão territorial, os PROF deverão compatibilizar-se com os instrumentos de desenvolvimento e de planeamento territorial e assegurar a contribuição do setor florestal para a sua elaboração e alteração, no que respeita especificamente à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, através da integração nesses planos das ações e medidas propostas.

Importa igualmente ter presente que, com a introdução inovadora do ordenamento florestal regional na legislação portuguesa, se visa garantir uma efetiva e profícua cooperação entre o Estado e os proprietários florestais privados, responsáveis pela gestão da maior parte do património florestal, num processo de planeamento que se pretende contínuo, de carácter decididamente operacional e eficazmente suportado por diversos instrumentos técnicos e financeiros, já hoje disponíveis ou previstos na Lei de Bases da Política Florestal.

Os PROF são instrumentos de política sectorial que incidem exclusivamente sobre os espaços florestais, e estabelecem normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização florestal destes espaços, de modo a promover e garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados, na salvaguarda dos objetivos da política florestal nacional.

As normas constantes dos PROF vinculam diretamente todas as entidades públicas e enquadram todos os projetos e ações a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados, devendo os planos diretores municipais relativos à área abrangida pelos PROF, integrar, na primeira alteração a que são sujeitos, as normas constantes dos PROF.

B. Caracterização

B.1. O Território

Tratando-se os Planos Regionais de Ordenamento Florestais de planos sectoriais que desenvolvem regionalmente as orientações preconizadas no sistema de planeamento florestal português, pretendeu-se com esta opção dar o devido ênfase ao território em que estes incidirão. De acordo com a linha b) do artigo 4.º do DL n.º 204/99, este é constituído pelos “terrenos ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo pastoril ou os incultos de longa duração”.

O Plano Regional de Ordenamento Florestal de Dão e Lafões está inserido na zona centro de Portugal Continental e está rodeado pelas áreas de Centro Litoral, Pinhal Interior Norte, e Beira Interior Norte, sendo territorialmente coincidente com o limite da NUTS III Dão-Lafões, sendo constituído por 15 concelhos pertencentes ao distrito de Viseu e da Guarda.

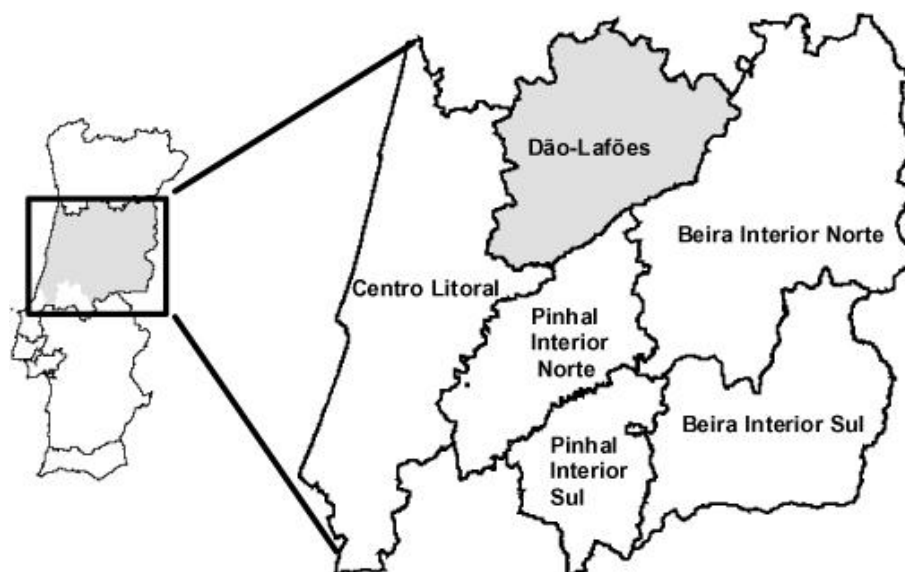


Figura 2.1 Localização do PROF.

Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

Os 15 concelhos que integram esta área-plano são os seguintes: Aguiar da beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

Faz-se uma referência muito ligeira às características físicas do território, visto ter já sido desenvolvido no relatório da Caracterização Física e Ambiente.

Para a caracterização climática da região, a equipa do plano do PROF-DL utilizou os dados médios das estações meteorológicas de Bigorne, de Nelas, do Caramulo e de Viseu. Dos dados apresentados observa-se que a temperatura diminui com o aumento da latitude, sendo Nelas precisamente a estação mais a Sul a que tem temperaturas mais elevadas. A temperatura média anual, em Nelas, situa-se entre os 12,5 e os 15,0 °C. A estação de Viseu apresenta, aproximadamente, o dobro dos dias com temperatura inferior a 0 °C, comparativamente à estação de Nelas, tendo ambas, contudo, um número de dias com temperatura superior a 25 °C bastante próximos.

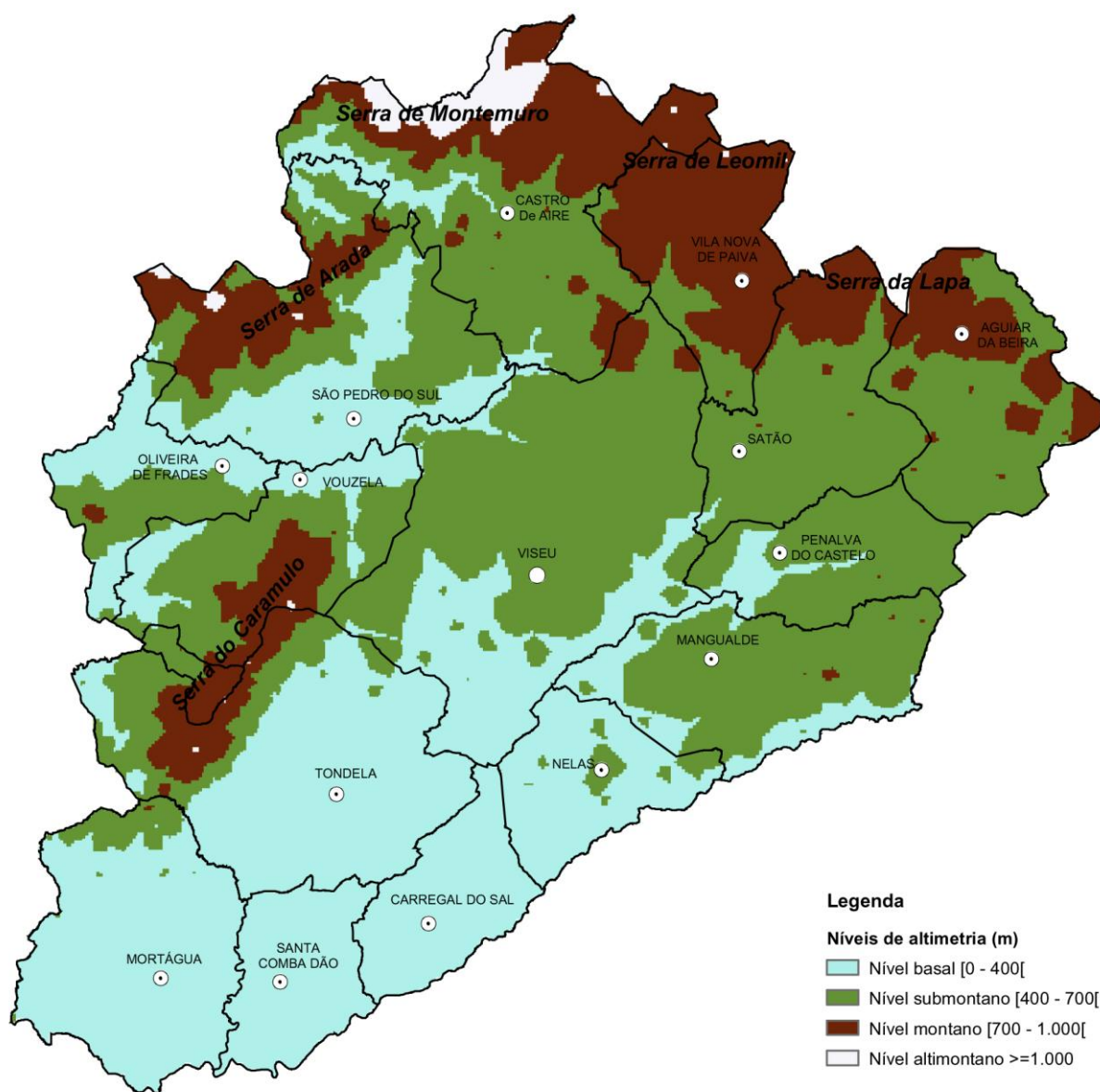


Figura 2.2 Níveis de Altimetria.
Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

No que diz respeito aos níveis de altimetria, em termos macrotopográficos a região de Dão-Lafões é uma região planáltica, com altitudes crescentes para NE, enquadrada a Oeste por elevados maciços como o Caramulo, Talhadas, Arada e Montemuro e com os vales do Vouga, do Dão e do Mondego.

No que se refere mais concretamente ao concelho de Nelas, o seu território encontra-se, grosso modo delimitado entre dois cursos de água: o Mondego a Sul e o Dão a Norte, encontrando-se em níveis altimétricos no âmbito da classificação basal [0-400[m, em que uma pequena parte correspondente à área da Vila de Nelas já se encontra no nível submontano [400-700[m, e uma pequena porção do território concelhio a Este, na freguesia de Senhorim junto ao concelho de Mangualde.

Quanto aos cursos ribeirinhos, a região PROF Dão-Lafões encontra-se abrangida por três bacias hidrográficas: Mondego (incluindo sub-bacia do Rio Dão), Vouga e Douro (incluindo sub-bacia do Rio Paiva). Nelas pertence à bacia do Mondego, cuja orientação é Nordeste-Sudoeste, sendo que uma parte Norte do concelho enquadra-se na sub-bacia do Rio Dão, principal afluente do Mondego.

D.1.1.Subregiões Homogéneas

Os princípios de gestão sustentável e multifuncional integrados no quadro legal do setor florestal nacional pela lei de Bases da Política Florestal nacional assim como os compromissos assumidos nas Conferências Interministeriais para a proteção da Floresta na Europa serviam sempre de referência à realização do presente plano.

Desta forma elaborou-se uma síntese de ordenamento onde são identificados padrões de organização ou de perfil territorial que estejam na base da identificação das funcionalidades dos espaços florestais e das sub-regiões homogéneas.

As funções desempenhadas pelos espaços florestais consideradas foram cinco:

- 1- Produção;
- 2- Conservação dos habitats, de espécies de fauna e de flora e geomonumentos;
- 3- Floresta para recreio, enquadramento e estética da paisagem;
- 4- Proteção do solo e dos recursos hídricos;
- 5- Silvo pastorícia, caça e pesca nas águas interiores

A sua caracterização e espacialização foram realizadas com base na análise da informação numérica e cartográfica disponível e aferida com recursos a metodologias participativas.

Relativamente à função produção por classes de potencialidade da floresta, o concelho de Mangualde é considerado, em larga extensão do seu território numa classe de potencialidade 'importante' e numa porção a oeste como 'muito importante'. Já no que respeita às funções proteção e conservação é

considerado numa classe de potencialidade sem importância. Quanto à função de silvo pastorícia, caça e pesca em todo o concelho é considerado com potencialidade muito importante. Finalmente quanto à função de estética da paisagem é considerada sem importância em praticamente todo o concelho.



Figura 2.3 . Função Produção por classes de Potencialidade / Função Proteção por classes de Potencialidade
Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

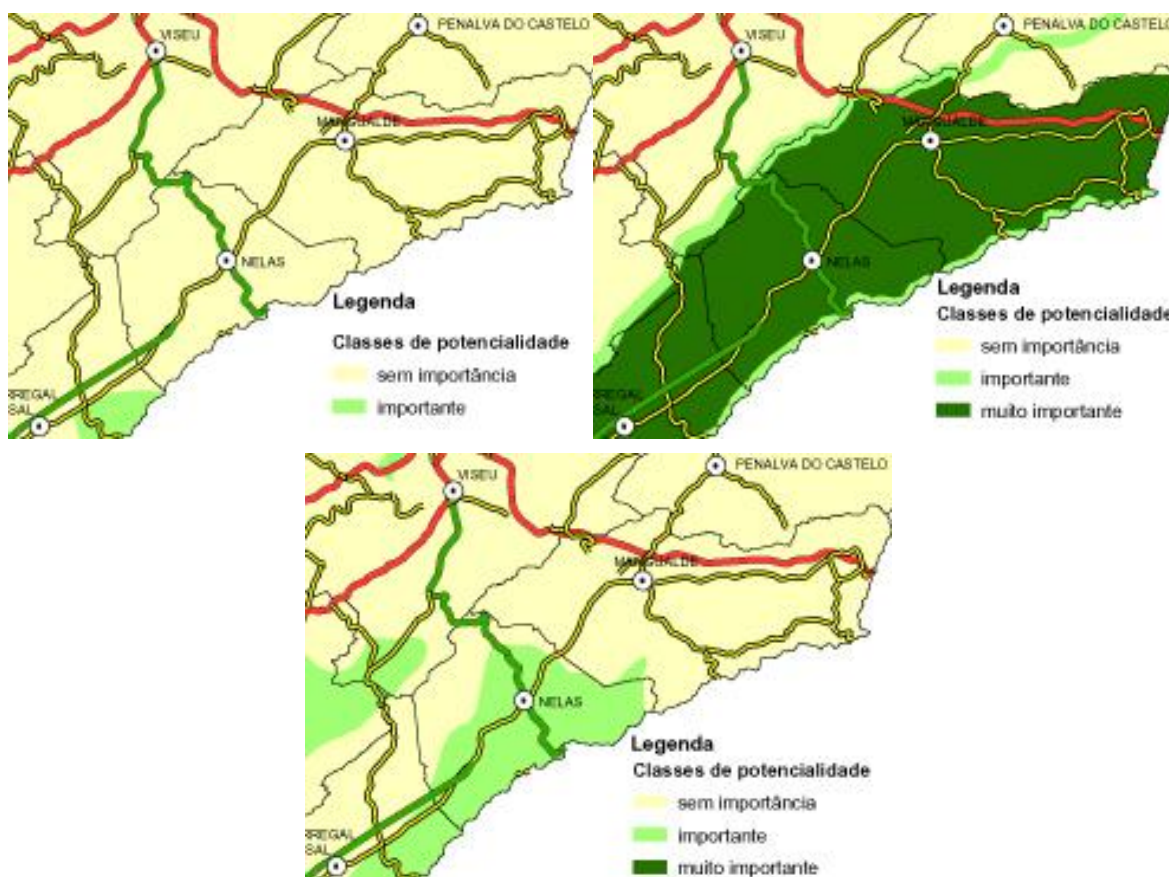


Figura 2.4 Função Conservação, Habitats, Flora e Fauna/ Função silvopastorícia, Caça e Pesca /Função Estética da Paisagem
Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

A delimitação de unidades territoriais tem como objetivo fundamental a simplificação da realidade territorial, de forma a permitir uma análise mais simples da realidade que se demonstra complexa no que diz respeito às possíveis potencialidades ou limitações a considerar na atividade de planeamento.

Desta forma, surgiram duas unidades territoriais de referência: as regiões PROF e as sub-regiões homogéneas.

O concelho de Nelas enquadra-se, praticamente a toda a sua extensão, na sub-região homogénea das Terras do Dão, e uma porção, a Norte, em Floresta da Beira Alta, vamos por isso considerar a primeira como única sub-região homogénea.



Figura 2.5 Subregiões Homogéneas
Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006



Figura 2.6 Subregiões Homogéneas, 1.ª e 2.ª Função
Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006



Figura 2.7 Subregiões Homogéneas, 3.ª Função
Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

Procedeu-se na estrutura do Plano Regional de Ordenamento Florestal a tentar encontrar da forma mais coerente possível as especificidades ecológicas e com o sistema administrativo e de planeamento regional português.

- ▶ Preservar os espaços florestais;
- ▶ Limpeza das florestas;
- ▶ Replantação com espécies adequadas ao clima, ao tipo de solo;
- ▶ Sensibilização das populações sobre a importância do recurso floresta;
- ▶ Utilizar o recurso floresta nas suas várias vertentes;

Todas as sub-regiões homogêneas têm em comum os seguintes objetivos específicos:

- a) Diminuir o número de ocorrências de incêndios florestais;
- b) Diminuir a área queimada;
- c) Promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão, nomeadamente:
 - i) Divulgar informação relevante para desenvolvimento da gestão florestal;
 - ii) Realização do cadastro das propriedades florestais;
 - iii) Dinamização das áreas abandonadas;
 - iv) Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada;
 - v) Aumentar a incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão através da sua divulgação ao público alvo;
- d) Aumentar o conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais;
- e) Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do Plano.

Enquanto a sub-região homogênea de Terras do Dão, têm os seguintes objetivos específicos:

- 1) Na sub-região homogênea Terras do Dão visa-se a implementação e incrementação das funções de Produção; Silvopastorícia, Caça e Pesca nas águas interiores; Recreio, e estética da paisagem.
- 2) A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:
 - a) Aumentar a área arborizada bem como a diversidade de espécies nos espaços florestais, de acordo com o seu potencial produtivo e promover a sua recuperação através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo para a região.
 - b) Aumentar a atividade associada à caça:
 - i) Aumentar o conhecimento sobre o potencial cinegético da Região;
 - ii) Aumentar o número de áreas com gestão efetiva e rentabilidade da atividade cinegética;
 - iii) Aumentar o nível de formação dos responsáveis pela gestão de zonas de caça;
 - iv) Manter a integridade genética das espécies cinegéticas.
 - c) Desenvolver a atividade associada à pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais:
 - i) Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da atividade da pesca;
 - ii) Aumentar e melhorar as infraestruturas de suporte à atividade piscatória nas zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário;

- iii) Recuperar os troços de água degradados com especial enfoque nos concelhos de Santa Comba Dão e Nelas.
- d) Desenvolver a atividade silvopastoril:
 - i) Aumentar o conhecimento sobre a atividade silvopastoril;
 - ii) Otimizar a gestão dos recursos silvopastoris;
 - iii) Integrar a atividade silvopastoril na cadeia de produção de produtos certificados mantendo e beneficiando as pastagens naturais.
- e) Adequar os espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico:
 - i) Definir as zonas com bom potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio com interesse paisagístico, e elaborar planos de adequação destes espaços ao uso para recreio nas zonas identificadas;
 - ii) Dotar as zonas prioritárias para recreio e com interesse paisagístico com infraestruturas de apoio;
- f) Proteger a margem dos rios e ribeiras, bem como as vertentes das margens do Rio Dão e Mondego.
- g) Diminuir o número de ocorrências de fogos florestais.

Relativamente a sub-região homogénea da Floresta da Beira Alta os objetivos específicos são os seguintes:

- 1) Na sub-região homogénea da Floresta da Beira Alta visa-se a implementação e incrementação das funções de Produção; Recreio, Enquadramento e Estética da Paisagem; Proteção.
- 2) A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:
 - a) Aumentar a área arborizada dos espaços florestais e promover a sua recuperação através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo para a região.
 - b) Aumentar e adequar a totalidade dos espaços florestais ao uso para atividades de contemplação da paisagem, recreio e lazer ligadas à natureza.
 - c) Proteger as vertentes dos rios Vouga, Dão, Mondego, e seus afluentes.

- d) Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais:
 - i) Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da atividade da pesca;
 - ii) Aumentar e melhorar as infraestruturas de suporte à atividade piscatória nas zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário, com infraestruturas de apoio;
 - iii) Recuperar os troços de água degradados com particular enfoque no concelho de Mangualde;
 - iv) Criar zonas concessionadas para a pesca.

- e) Executar planos de gestão adequados nos espaços florestais sob gestão da administração pública tornando-os modelos a seguir pelos particulares.

B.2. Espaços Florestais e sua Evolução

A análise dos espaços florestais na região de Dão-Lafões revela que a área ocupada é bastante significativa, cerca de 71% da área total da região PROF. Caracterizam-se na sua maioria por espaços florestais arborizados que ocupam cerca de 42% da área total da região e distribuem-se por toda a área com alguma uniformidade. Os espaços florestais não arborizados ocupam cerca de 29% da área total desta região.

No que se refere à evolução dos espaços florestais, constata-se um pequeno aumento da área ocupada. Relativamente à evolução dos incultos verifica-se um acréscimo da área em cerca de 50% nos últimos 20 anos, contrariamente, ocorreu uma diminuição da área ocupada por espaços florestais arborizados, cerca de 20%, no mesmo período de tempo. O aumento da área dos incultos pode dever-se à diminuição da área dos espaços florestais e ao abandono da agricultura.

A análise do IFN 4 (Inventário Florestal Nacional n.º 4 elaborado em 1995) faz perceber a baixa diversidade específica da região de Dão-Lafões. Os dados do IFN indicam que quase 90% da floresta era, em 1995, composta por povoamentos de pinheiro-bravo (cerca de 68%) e eucalipto (cerca de 22%). A área de pinheiro-bravo na região de Dão-Lafões, que ultrapassa os 100 mil hectares, representa cerca de 10% da área total de pinheiro-bravo em Portugal continental. Se se tiver em conta que a região ocupa apenas 4% da área total do país, compreende-se a importância que a fileira do pinheiro-bravo tem na região, bem como a importância que a região tem na fileira nacional.

Os povoamentos de eucalipto ocupam cerca de 32 mil ha e estão fortemente concentrados na zona Sudoeste de Dão-Lafões, principalmente no concelho de Mortágua, que é o concelho do país com maior taxa de ocupação de eucalipto. A área de carvalhos na região ocupa mais de 10 mil hectares, representando cerca de 8% da área total de carvalhos em Portugal continental.

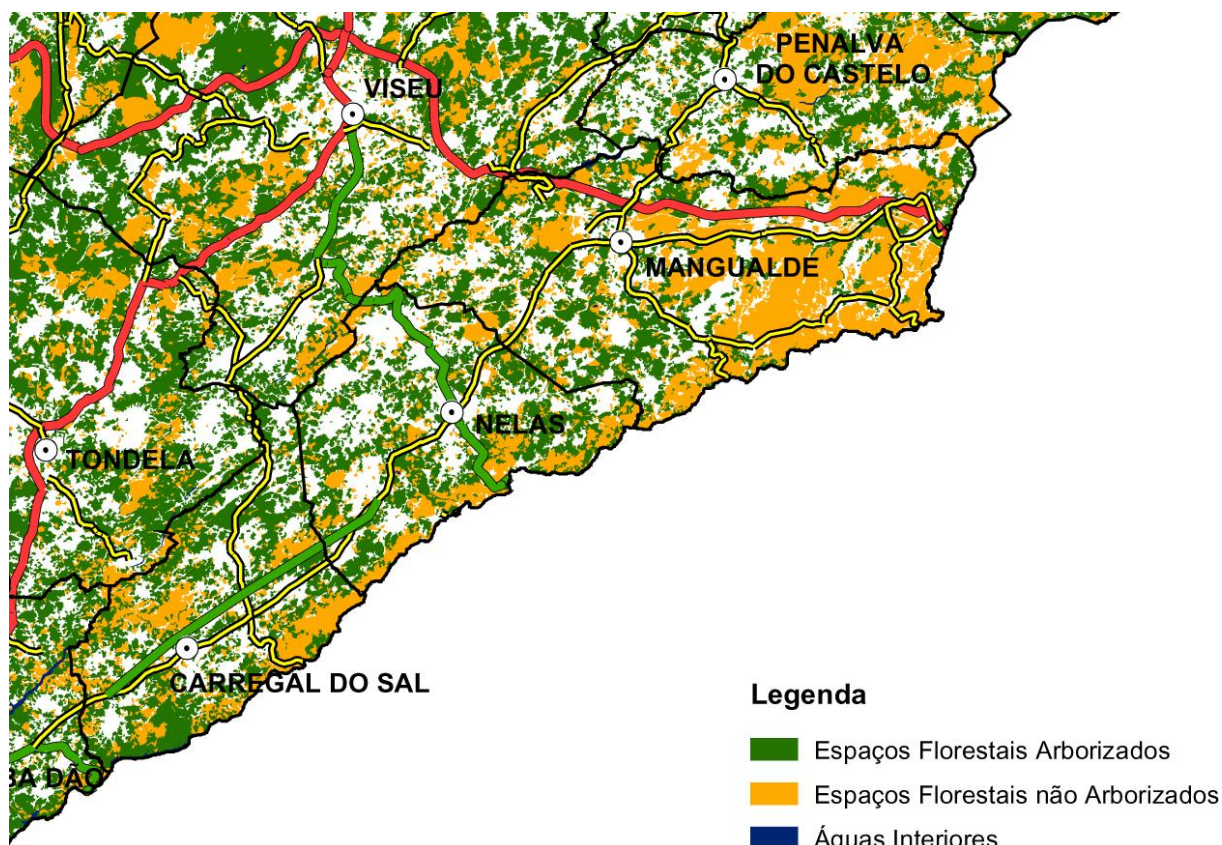


Figura 2.8 Localização dos Espaços Florestais.

Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

Como se verifica a partir da figura apresentada acima o território do concelho de Nelas é consideravelmente pontuado por um conjunto bastante assinalável de espaços florestais arborizados, presentes um pouco por todo o território concelhio, enquanto que os espaços florestais não arborizados, com dimensão também importante, localizam-se sobretudo na parte Sul ao longo do vale do Mondego.

No que respeita à evolução dos povoamentos florestais, e tendo como base os IFN's de 1974 e 1995, constata-se o forte crescimento da área de eucalipto (que quadruplicou a sua área em 20 anos) e o decréscimo considerável da área de pinheiro-bravo (que perdeu cerca de 1/3 da sua área em relação a 1974). O relatório do PROF-DL refere ainda a redução significativa da área de 'restantes resinosas' (que não o pinheiro-bravo) para menos de metade da área de 1974 e por oposição o aumento notável da área de carvalhos e da área de 'restantes folhosas' (que não o eucalipto e os carvalhos).

Através da imagem seguinte relativa à ocupação florestal, constata-se de igual modo a importância dos povoamentos de pinheiro-bravo no concelho de Nelas. Para além destes há a assinalar as áreas de matos e pastagens, sobretudo ao longo do vale do Mondego. Destaca-se também as áreas aridas que assumem uma dimensão a ter em conta no concelho. Verifica-se ainda a existência de alguns povoamentos de eucaliptos, ainda que assumem uma importância relativa algo diminuta.

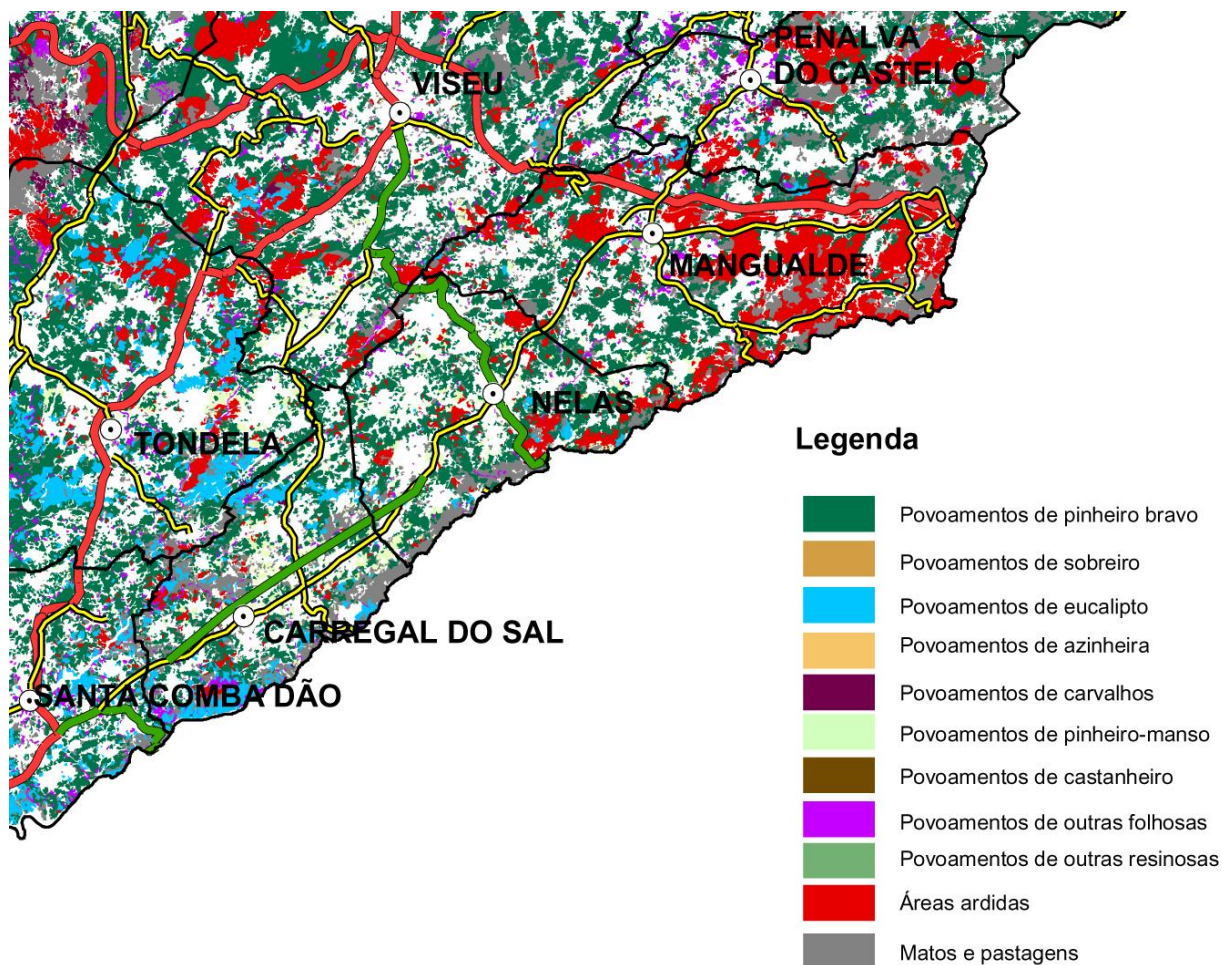


Figura 2.9 Ocupação Florestal.
 Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

O concelho de Nelas como já referenciado está inserido na Região Dão-Lafões onde existe uma mancha florestal (espaços florestais arborizados e incultos) significativa, que se estima na ordem dos 250 000 ha.

Numa área total de 12 571 ha, o concelho encerra em si cerca de 8100 ha de área florestal onde as espécies arbóreas dominantes são, claramente, o pinheiro bravo, o eucalipto, pinheiro manso e as manchas de variadas folhosas. Os espaços florestais incultos assumem, igualmente, algum protagonismo com uma área de aproximadamente 1300 ha, resultantes sobretudo dos diversos incêndios que foram ocorrendo nos últimos anos.

O manto vegetal primitivo encontra-se profundamente degradado, apenas restando algumas pequenas manchas de flora primitiva, outrora composta por espécies caducifólias donde sobressaem os carvalhos e outras folhosas. A posterior introdução e alastramento do pinheiro bravo e mais recentemente do eucalipto, a prática do pastoreio, os fogos e o abate indiscriminado de árvores têm depreciado muito os espaços florestais.

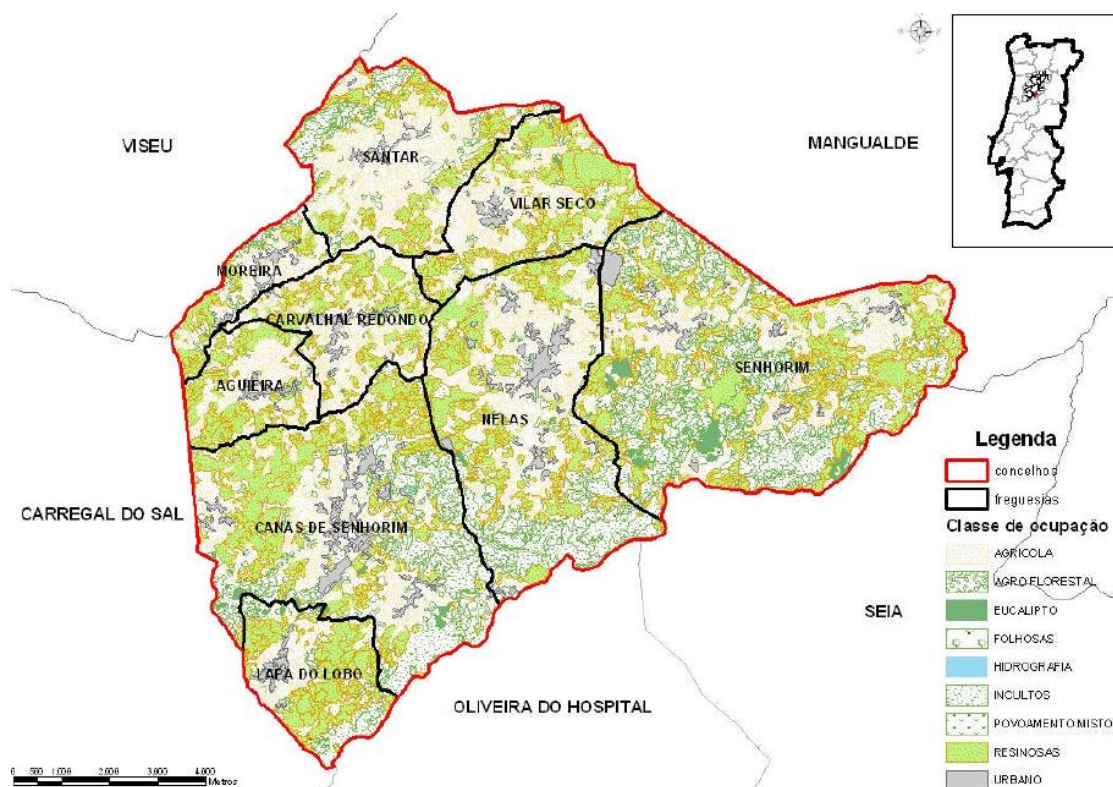


Figura 2.10 Carta de ocupação do solo do concelho de Nelas

Fonte: PMDFCI, 2006

As espécies arbóreas terão que ser as mais adequadas ao território tendo em consideração um conjunto de variáveis (temperatura média anual, litologia, altimetria, entre outras). O PROF traça um conjunto de mapas de potencial produtivo que têm consistência à escala regional, respondendo satisfatoriamente aos limites ecológicos de cada espécie florestal.

No âmbito da região de Dão-Lafões o PROF assinala um potencial florestal elevado, com elevadas precipitações e um clima maioritariamente oceânico, de influência atlântico a condicionar favoravelmente o crescimento florestal. Por isso refere-se aí, que a floresta caducifólia tenha um ótimo de produção em toda a região, com destaque para o carvalho alvarinho e o carvalho negral e castanheiro nas regiões mais serranas.

As espécies com potencial produtivo têm potenciais produtivos muito interessantes, essencialmente nas terras baixas de influência atlântica, e é de destacar a maior aptidão para o pinheiro-bravo desta região, em detrimento do eucalipto.

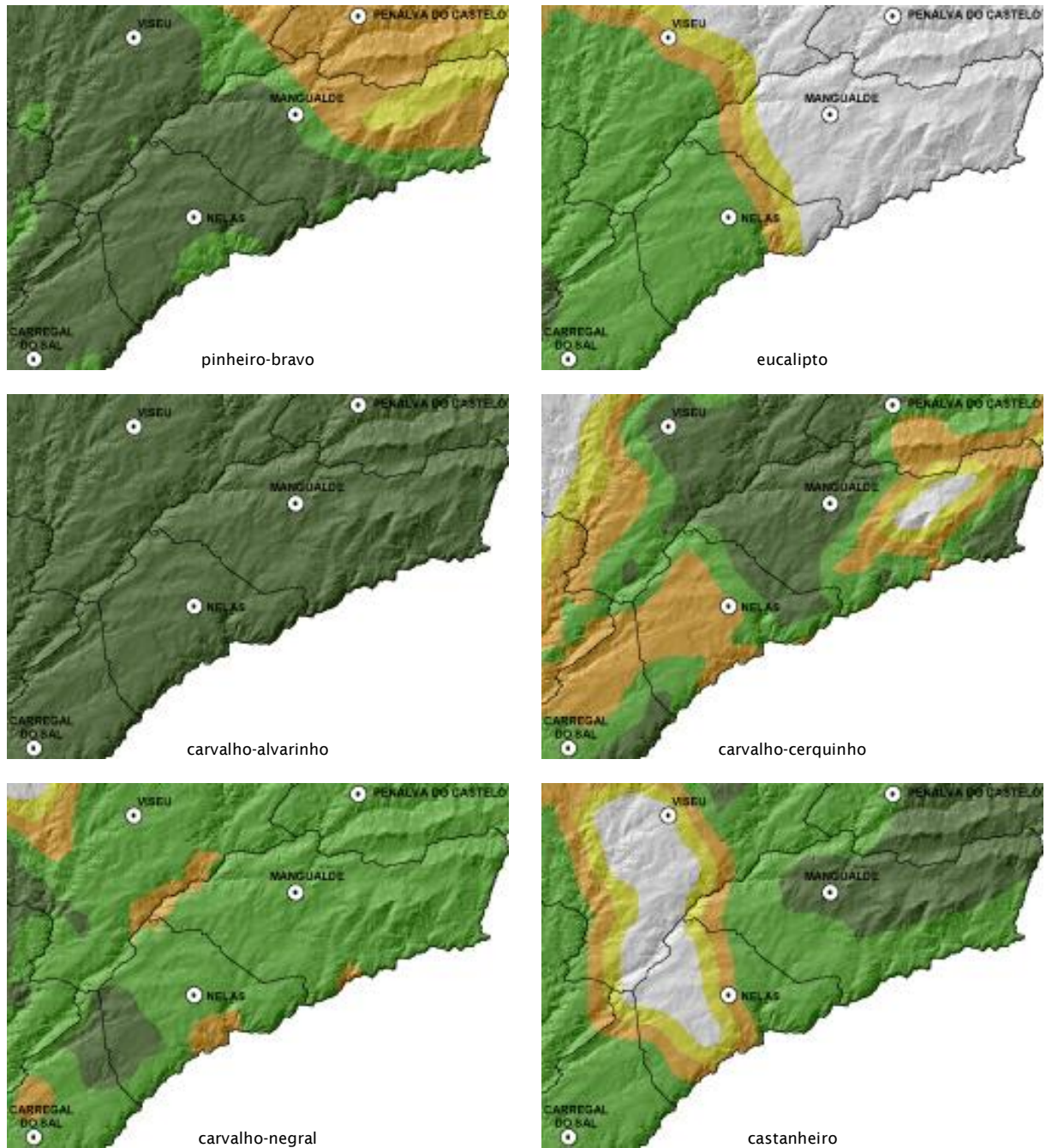


Figura 2.11 Potencialidade Produtiva das espécies florestais.

Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

Relativamente ao potencial produtivo na área territorial do concelho de Nelas, e atendendo às imagens do PROF apresentadas acima, verifica-se que de facto a maior capacidade produtiva é atribuída ao carvalho-alvarinho, em toda a sua extensão e também ao pinheiro-bravo, à exceção de uma pequena porção junto ao Rio Mondego, onde ainda assim o potencial produtivo é favorável.

O carvalho-negral apresenta também bons níveis de capacidade produtiva, nomeadamente ótima numa área que engloba uma porção do concelho de Nelas e outra já pertencente a Carregal do Sal,

apresentando uma capacidade favorável em praticamente toda a restante extensão concelhia, pontuada apenas por uma pequena mancha em que a capacidade produtiva se situa em níveis razoáveis.

O carvalho-cerquinho apresenta uma capacidade produtiva ótima numa área a Norte, sobretudo na freguesia de Senhorim, decaindo depois a sua capacidade produtiva à medida que se avança para Sul.

Já o eucalipto não apresenta uma capacidade produtiva ótima no concelho em questão, pese embora se verifique uma capacidade favorável em larga extensão, mas que decai à medida que se avança para Este, atingindo mesmo níveis desfavoráveis e marginais.

No que se refere ao castanheiro também este apresenta uma grande porção cuja capacidade produtiva é marginal, melhorando para um nível favorável a Este e a Sul.

Por fim, a azinheira apresenta níveis completamente marginais em toda a extensão.

Analisando a realidade do concelho e de acordo com a figura seguinte Quanto à distribuição das espécies florestais, verifica-se ser mais ou menos uniforme, havendo franco domínio do pinheiro bravo, acompanhado a alguma distância pelo pinheiro manso. As restantes espécies, como castanheiros, eucaliptos e outras folhosas, têm representação muito reduzida e com o aspeto de dispersas.

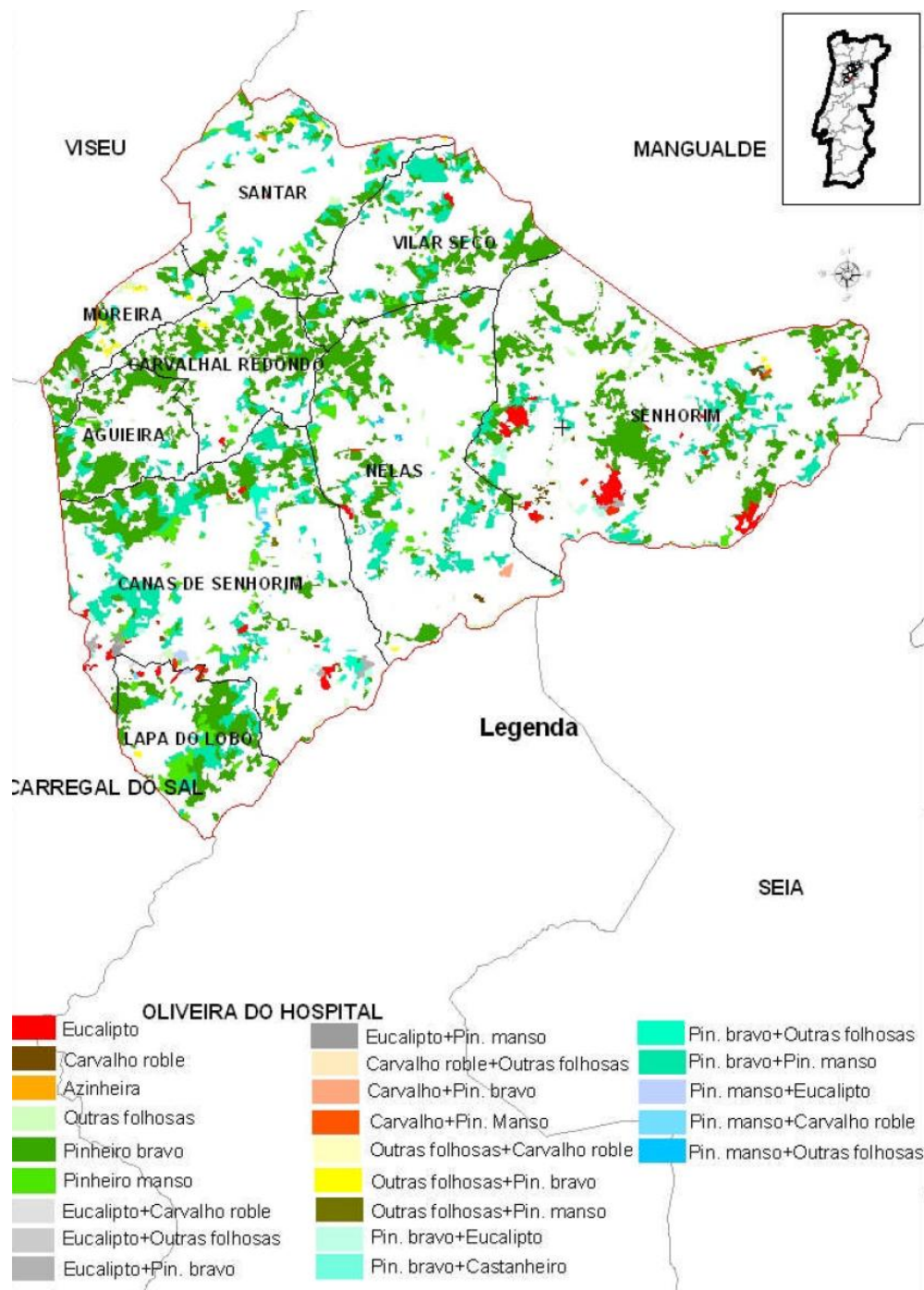


Figura 2.12 Carta dos povoamentos florestais do concelho de Nelas

Fonte: PMDFCI, 2006

Instrumentos de Gestão Florestal

No concelho de Nelas, existem pequenos projetos (dos quais o GTF não tem conhecimento de todos) que estão associados ao desenvolvimento de projetos de investimento florestal com recurso a financiamento. Daqueles que existe registo e conhecimento, o de maior significado é o projeto AGRO da Quinta da Cerca (com uma área de 57,7 ha).

Algumas ZIF encontram-se também em fase de constituição, pelo que nos parece prematuro indicar a respetiva delimitação. Logo que forem constituídas, a carta com os instrumentos de gestão do concelho será atualizada.



Figura 2.13 Carta dos Instrumentos de Gestão Florestal do Concelho de Nelas
Fonte: CEDRUS-PMDFCI,2006

Na área do concelho de Nelas não foram identificados arvoredos e povoamentos florestais cujo valor possa justificar medidas especiais para a sua proteção e valorização, nem a integração numa rede regional de matas e pastagens de demonstração, e o enquadramento na organização regional de prevenção dos incêndios florestais. São entretanto identificadas árvores de interesse público em áreas próximas, mas já nos concelhos vizinhos de Viseu e de Carregal do Sal.



Figura 2.14 Arvoredo e povoamentos florestais de valor especial / zonas sensíveis do ponto de vista da conservação.

Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

A região PROF de Dão-Lafões apresenta um conjunto de zonas sensíveis do ponto de vista da conservação que cobrem, quase na sua totalidade, a sua faixa Noroeste. Entretanto estas áreas não abrangem territorialmente o concelho de Nelas, existindo contudo uma dessas áreas bem próximo do seu limite Sul, no concelho de Carregal do Sal. Este sítio de Carregal do Sal é uma zona com afloramentos graníticos caracterizada pelo seu mosaico agrossilvo-pastoril com grande percentagem de incultos. É, de acordo com o ICN, o único local conhecido de ocorrência de *Narcissus scaberulus* em Portugal.

B.3. Recursos e Produtos Florestais

As zonas de caça estão delimitadas na figura abaixo e contemplam praticamente toda a extensão do concelho de Nelas. Entretanto de um modo geral o PROF-DL aponta esta região de Dão-Lafões como tendo uma grande amplitude de valores tanto do rendimento total como por unidade de área, referindo que o aspeto mais determinante é talvez o forte peso da caça menor comparativamente às migradoras e caça maior no rendimento total da região, em que relativamente a este parâmetro Nelas tem uma importância intermédia. Ainda que tal aconteça, Nelas é o terceiro concelho da região com a maior proporção de área sob o regime especial na época venatória de 1999-2000 com 21%.

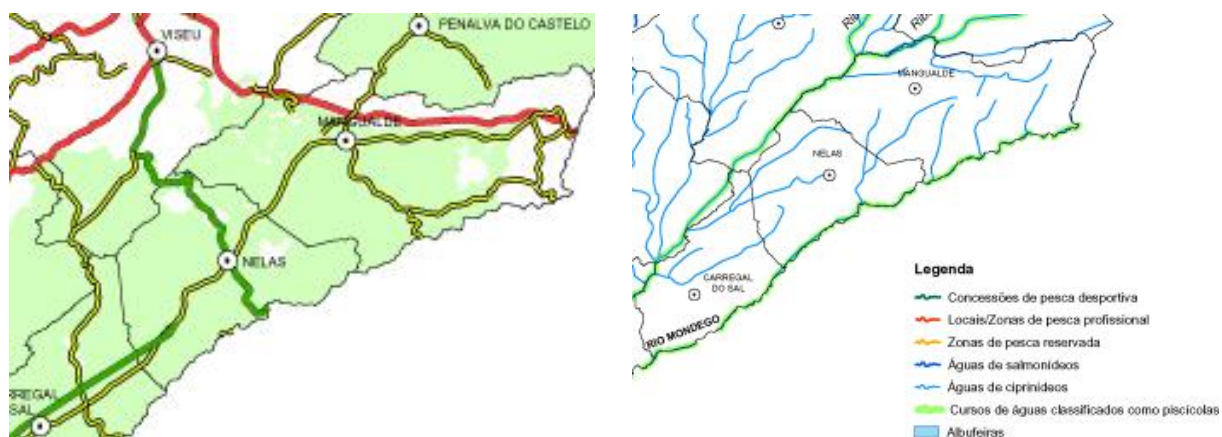


Figura 2.15 Zonas de Caça e Zonas que têm aptidão para a pesca.

Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

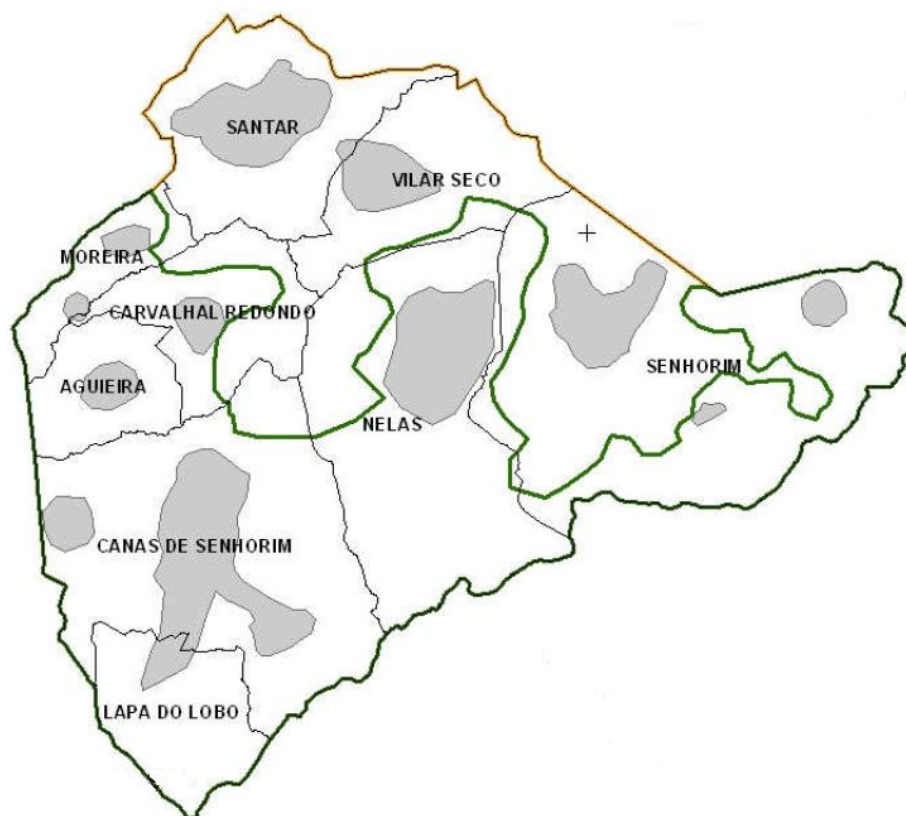


Figura 2.16 Carta de Zonas de Recreio Florestal. Caça e Pesca.

Fonte: PMDFCI, 2006

O concelho de Nelas tem duas zonas de caça: uma municipal (regulamentada pela Portaria.nº 939/2004 de 27 de julho) e uma outra associativa (regulamentada pela Portaria nº 682/2003 de 30 de julho). Os limites de ambas são os constantes da figura

Os recursos aquícolas são também objeto de estudo ao nível do PROF, onde se afirma que estes constituem um valioso recurso natural renovável, do ponto de vista económico, ambiental, social e cultural. A pesca em águas interiores, enquanto atividade exploradora destes recursos, é capaz de proporcionar benefícios diretos (consumo e venda de peixe capturado) e indiretos (oferta de recreio e lazer, desenvolvimento turístico, exploração económica em concessões ou reservas de pesca com a geração de receitas e a criação de postos de trabalho).

Mais precisamente referente ao Concelho de Nelas, verifica-se que este se enquadra com dois importantes cursos de água classificados como piscícolas, o Mondego e o Dão, ou seja, águas doces superficiais para fins aquícolas. Beneficia ainda de uma rede interna de outros cursos de água de menor dimensão classificados como águas de ciprinídeos, que são águas onde vivem ou poderão viver espécies da família *Cyprinidae*, como o barbo, a boga e o escalo, bem como outras espécies não pertencentes à família *Salmonidae*, como por exemplo os centrarquídeos.

Mas para além das zonas de caça e pesca, há um sem número de recursos que poderão ser aproveitados da floresta. A madeira pode ser uma matéria-prima que pode ser comercializada, para a produção de pasta de papel, como para toros para serração e para a indústria da trituração. As madeiras de mais pequena dimensão têm destinos como a trituração para a produção de aglomerados de fibras ou de partículas, a produção de energia ou a celulose. Ainda a madeira de carvalho de grande qualidade é indicada para trabalhos de mercearia e de carpintaria.

A madeira de acácia também começa a ser aproveitada, o que traz várias vantagens a nível ecológico, já que trata-se de uma espécie invasora.

A resina, por seu lado, registou uma redução enorme da sua rendibilidade, já que se registou o encerramento de algumas unidades de extração e comercialização. Deve-se essencialmente a um elevado custo de mão de obra, a falta de mão de obra especializada e a importação de resina mais barata, proveniente da China e do Brasil.

Na categoria dos produtos não-lenhosos, utilizados ou comercializados para fins industriais ou outros, enquadram-se o mel, os frutos como a castanha, a noz e a avelã, as plantas aromáticas e medicinais e os cogumelos. A sua exploração e comercialização poderá proporcionar rendimentos complementares interessantes para o proprietário, embora a sua contribuição efetiva seja difícil de quantificar dada a escassez de informação.

O PROF adianta que a informação disponível apresenta boas condições para estes fins, mas não suficiente para caracterizar a sua contribuição económica. Entretanto enquadram a produção no setor florestal de frutos silvestres, do mel e das plantas aromáticas.

O PROF refere que o setor apícola de Dão-Lafões tem passado por uma modernização das explorações, com a reconversão de cortiços em colmeias, para a qual apontam a necessidade de implementar e apoiar

planos sanitários e melhorar o nível profissional dos apicultores, e ainda pela aposta na qualidade do mel produzido e na certificação do produto e dos derivados.

Quanto às plantas aromáticas, medicinais e condimentares, são exploradas espontaneamente, colhidas em regime de livre acesso, e são geralmente objeto de consumo direto, sem transformação industrial, sendo transacionadas através de herbanários. Complementarmente a DRABL (Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral) tem a decorrer um estudo sobre a avaliação da produção de plantas aromáticas e condimentares enquanto possível atividade principal ou complementar da atividade rural, contemplando cinco plantas: lavanda, salva, orégão, hortelã-pimenta e lúcia-lima, sendo os clientes mais comuns as médias e grandes superfícies.

A apanha de cogumelos também é uma atividade rendível existindo, na região, inúmeros cogumelos silvestres comestíveis e com valor comercial. Apesar do direito de recolha dos recursos fúngicos ser reconhecido, a sua exploração continua a ser praticada em regime livre. O PROF refere que para além desta situação importa também credenciar e formar os coletores, de forma a que a apanha não deplore estes recursos e não cause impactes negativos no sistema florestal. No que concerne ao ciclo de vida do produto, também nesta atividade se detetam limitações resultantes da falta de integração vertical da coleta, do cultivo e da comercialização.

Dos frutos, o que tem a maior produção na região é a castanha. Todavia é de destacar a produção de avelã, representa 44% da produção nacional. Também aqui se aponta a certificação como uma mais valia onde se deve apostar. A produção de castanhas enfrenta problemas relacionados com doenças nos castanheiros, que têm levado ao seu abate, e à conseqüente redução da produção.

O PROF faz ainda referência ao medronheiro. As utilizações dos frutos e da árvore são diversas, contando-se a aguardente, as bebidas e os edulcorantes resultantes dos frutos, a cestaria com os ramos jovens, o carvão e a lenha, os taninos para curtumes retirados das folhas e das cascas, as gomas resultantes das sementes, o artesanato da madeira nova, as ramagens para arranjos florais, as tinturas das raízes e o mel. Apesar de todas estas utilizações, a produção de maior importância é a aguardente a partir da fermentação dos frutos, estando já legislada de forma a não haver falsificações.

A silvo-pastorícia, enquanto prática dentro dos sistemas agroflorestais, possibilita a obtenção, no curto prazo, de retornos financeiros decorrentes dos produtos animais dela resultantes. Estes retornos assumem especial importância no ordenamento do espaço rural, ao criarem condições para a fixação das populações, particularmente importantes fora das zonas de grande aptidão de produção de madeira e em que os sistemas silvo-pastoris jogam um papel decisivo na salvaguarda dos equilíbrios ambientais, territoriais e de uso do solo.

Entretanto, verificando os dados relativos à caracterização dos efetivos, por concelho, na região, e quanto ao número de explorações, número de animais e cabeças normais, constata-se que no concelho de Nelas esta atividade assume uma reduzida expressão para bovinos e caprinos, e apresenta valores relativamente elevados para ovinos.

Do ponto de vista da possibilidade de produção de produtos tradicionais e no setor das carnes, todos os concelhos estão aptos a produzir produtos desta natureza: Carne Arouquesa - DOP e Vitela da Lafões - IGP, na carne de bovino, Cabrito da Gralheira - IGP, na carne de caprino e borrego Serra da Estrela - DOP, no caso dos ovinos. No setor dos queijos o concelho de Nelas encontra-se dentro da área geográfica de produção de Queijo da Serra da Estrela - DOP, que coincide obviamente com a área de produção de Requeijão da Serra da Estrela - DOP.

À semelhança do que aconteceu com o reconhecimento do seu papel ambiental, as florestas das comunidades locais foram adquirindo novos valores 'pelos seus usos de recreio nas regiões urbanas e nas suas periferias, por serem um bem para projetos turísticos nas zonas rurais, como elementos característicos de paisagens familiares e como testemunho dos valores históricos e espirituais. A estes valores acresce a contribuição dos espaços florestais para o bem-estar físico, psíquico, espiritual e social dos cidadãos. Todas estas contribuições permitem definir a funcionalidade 'recreio' dos espaços florestais entendida numa perspetiva de:

- enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos;
- enquadramento de equipamentos turísticos;
- atividades de recreio e contemplação;
- composição de paisagens classificadas;
- enquadramento de usos especiais;
- enquadramento de infraestruturas.

Na área do concelho de Nelas, referenciam-se, a título de exemplo, os seguintes locais a enquadrar numa rede de infraestruturas e espaços florestais com utilização para o recreio: zona demarcada do Dão, as Termas das Caldas da Felgueira, a Quinta da Cerca, a Quinta Experimental, entre outros.

Quanto ao aproveitamento da biomassa, a diretiva comunitária 2001/77/CE que estabelece o patamar que Portugal deve assegurar em termos de consumo bruto de energia proveniente a partir de fontes limpas, aliada à crescente acumulação de biomassa nos espaços florestais e o risco de incêndio associado são questões que incrementam a importância do aproveitamento energético da biomassa.

O PROF enfatiza a biomassa florestal como sendo a proveniente de árvores, de resíduos de exploração, de matos bem como os resíduos e desperdícios obtidos do setor de transformação da madeira que não possam ser sujeitos a outro tipo de valorização.

Neste campo de atuação o concelho de Nelas está abrangido nas áreas de recolha de resíduos associadas à Central de Mortágua.

B.4. Risco de Incêndio

Um dos fatores que mais tem condicionado o desenvolvimento do coberto florestal ao longo dos tempos é o fogo. Os incêndios florestais são fenômenos transversais do ponto de vista do impacto no território, não distinguindo áreas públicas de privadas, limites de propriedade ou de região administrativa. O fator comum às áreas atingidas por um incêndio é a similitude de gestão, ou de ausência da mesma, e consequentemente dos índices de biomassa e de risco de incêndio.

As condições meteorológicas desempenham um papel fundamental na eclosão e no desenvolvimento de um incêndio florestal. No caso de Portugal, onde se verifica a coincidência da época mais seca do ano com a época mais quente, faz com que se agrupem as condições propícias à ignição e propagação dos incêndios, os quais são na grande maioria de origem antrópica intencional ou por negligência. Entre as consequências mais evidentes de um fogo florestal, salientam-se a perda total ou parcial da cobertura vegetal e dos bens que se encontrem na área ardida pelo incêndio. No entanto, devem ser igualmente contabilizadas a erosão provocada no solo, as alterações do ciclo hidrológico e as consequências na biodiversidade.

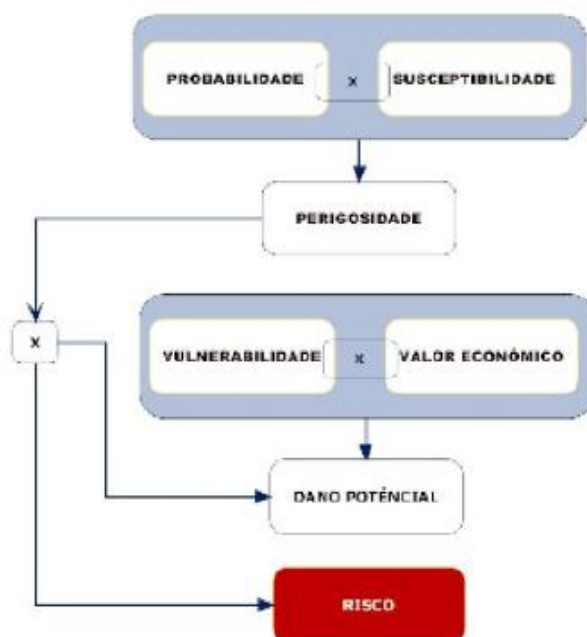


Figura 2.17 Componentes de Modelo de Risco
Fonte: DGRF-2007

O Risco de Incêndio resulta do produto que existe entre a Perigosidade e o Dano Potencial, resultando a Perigosidade no produto entre a Probabilidade e a Suscetibilidade, e o Dano Potencial no produto entre a Vulnerabilidade e o Valor Económico.

A variável Perigosidade divide-se no tempo e no espaço. No tempo, por via da probabilidade que é baseada num histórico ou período de retorno e no espaço por via da suscetibilidade de um território ao fenómeno, a qual engloba variáveis como o declive e a área florestal. Por sua vez, a variável Dano Potencial representa o produto do seu valor económico pela vulnerabilidade que lhe está associada.

Desta forma, o Risco corresponde a um potencial de perda e a Perigosidade a um potencial para a ocorrência do fenómeno danoso, existindo Risco sempre que exista Perigosidade, Vulnerabilidade e Valor associados. Basta não haver uma das componentes para que o Risco seja nulo.

Um dos fatores que mais tem condicionado o desenvolvimento do coberto florestal ao longo dos tempos é o fogo. O risco de incêndio na região efetuado no PROF foi baseado na Carta de Risco de Incêndio desenvolvida pelo Instituto Superior de Agronomia. O mapa das zonas sensíveis do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios permite constatar uma realidade preocupante: a região de Dão-Lafões tem um elevado risco de incêndio na generalidade das suas zonas.

Cerca de metade da área da região apresenta risco 'muito alto' (essencialmente nas zonas do Centro Norte). A área restante apresenta risco 'alto' (com a exceção de duas pequenas zonas que apresentam risco 'médio'). No que respeita ao mapa das áreas queimadas e ao mapa da recorrência de fogos por concelho (1991 a 2003) regista-se a elevada incidência de fogos nesta região. Observa-se uma maior concentração de área queimada na parte Norte da região.

A gestão dos combustíveis florestais, nomeadamente o controlo das continuidades verticais e horizontais das manchas de vegetação, é um aspeto determinante e que necessita de maior atenção por forma a evitar que os incêndios florestais possam assumir grandes proporções. No que respeita à evolução das áreas queimadas em povoamentos florestais e matos (1982-2001), o PROF-DL verifica uma tendência de longo prazo desfavorável. A área queimada, embora com algumas oscilações, tem vindo a aumentar consideravelmente.

Relativamente à distribuição geográfica das ocorrências, observa-se um fenómeno curioso: a zona Sul, embora apresente uma menor área queimada que a zona Norte, tem um maior número de ocorrências (mais incêndios, mas de menor dimensão). O PROF assinala também o facto de a região de Dão-Lafões ser, de entre as 6 regiões PROF das Beiras, aquela que apresenta maior densidade de ocorrências, quase atingindo o dobro do valor médio das 6 regiões.



Figura 2.18 Risco de Incêndio e Número de Ocorrências / ha.

Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

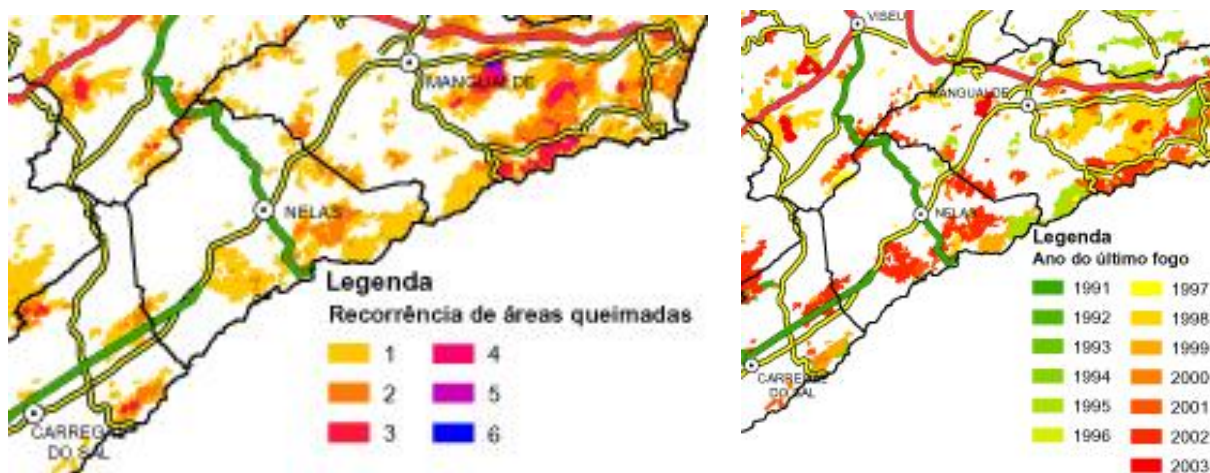


Figura 2.19 Recorrência de Áreas Queimadas e Ano do Último Fogo.

Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

Mais concretamente, e relativamente a Nelas, verifica-se a partir das imagens apresentadas, que o risco de incêndio é 'alto', bem como em larga maioria das freguesias do concelho verificam-se um número de ocorrências por hectare que se enquadram na classe mais elevada, onde também se visualiza que grandes manchas ardidas que ocorreram nos últimos anos.

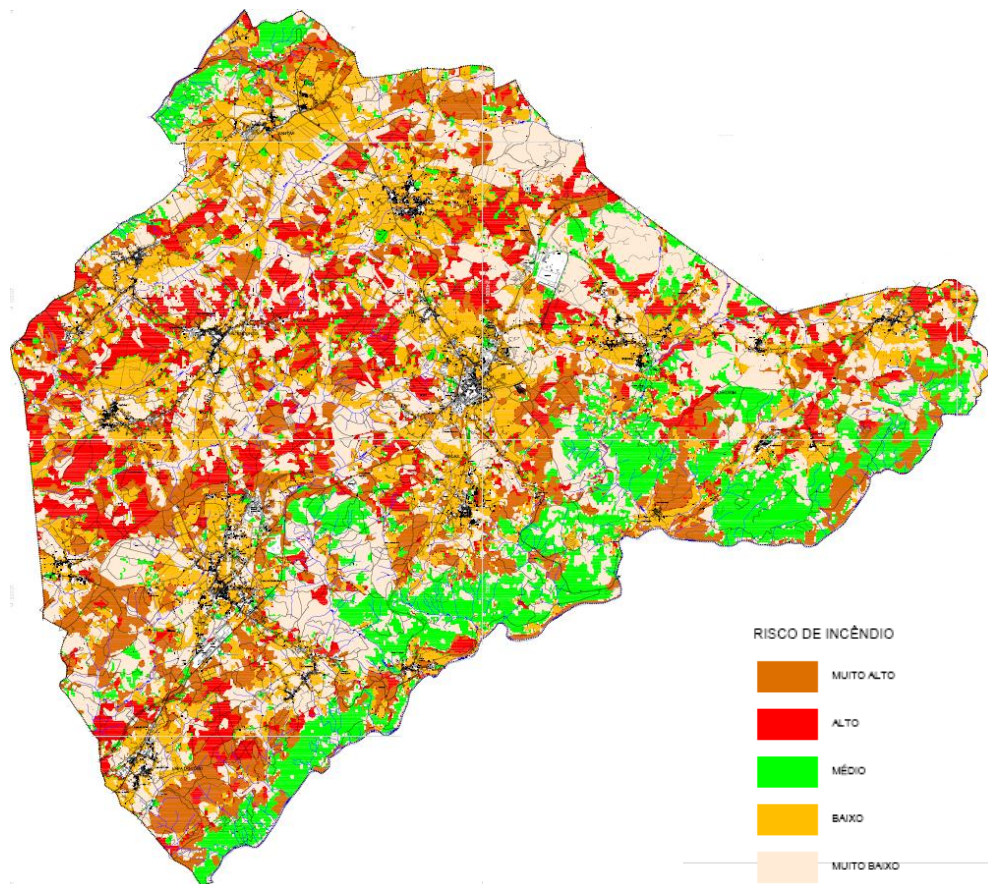


Figura 2.20 Carta de Risco de Incêndio.

Fonte: Lugar do Plano 2012

Quanto às causas de incêndio, o PROF indica que mais de metade dos incêndios têm origem intencional (57%), 39% têm origem em práticas negligentes e 4% têm origem em causas naturais. Este facto evidencia a necessidade de ações de policiamento e controlo mais eficazes. Dentro das causas de negligência destacam-se as queimadas, que representam cerca de 67% das causas negligentes de incêndios florestais da região, as quais requerem claramente um maior controlo.

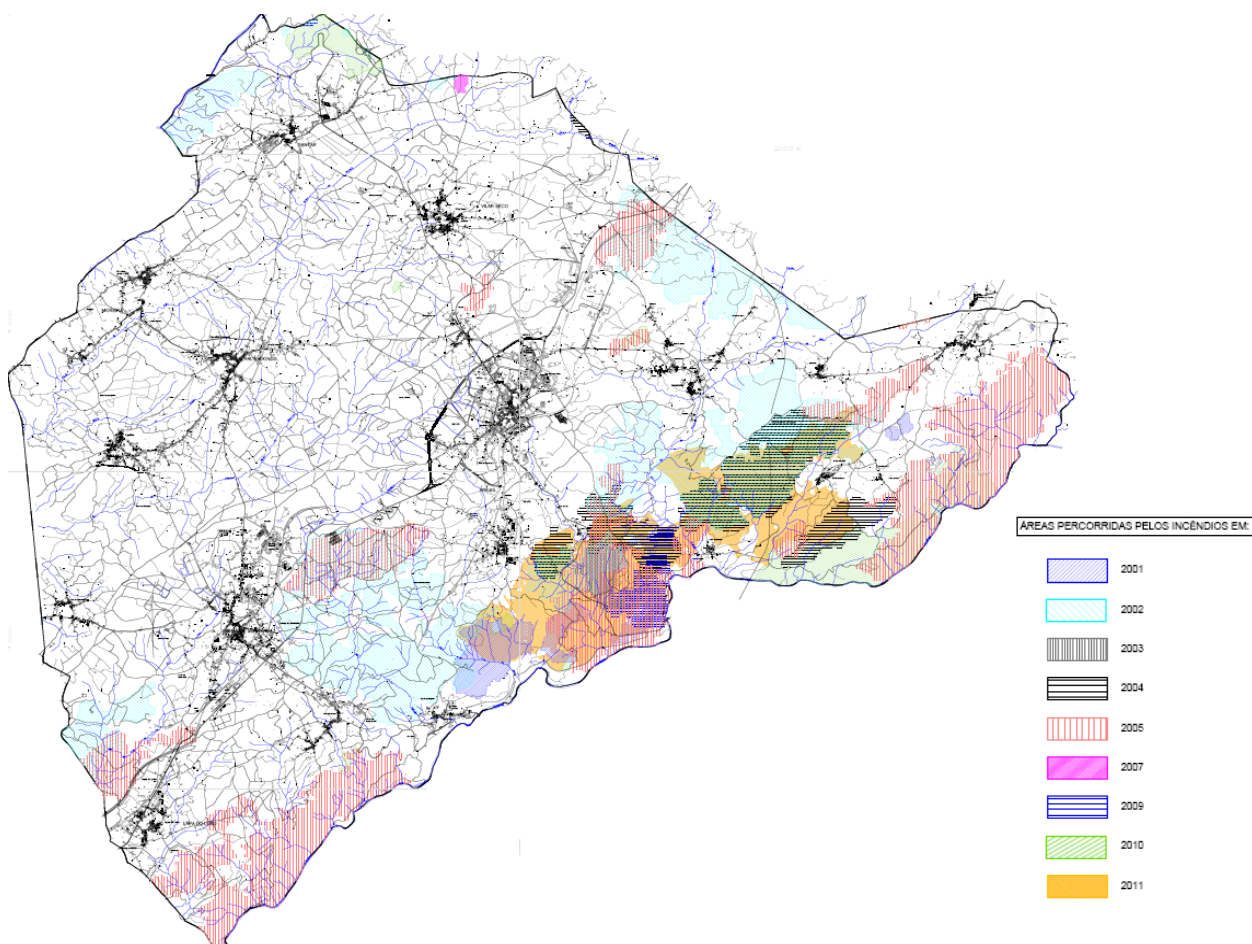


Figura 2.21 Áreas Percorridas por incêndios.

Fonte: Lugar do Plano 2012

Analisando as áreas percorridas por incêndios, verifica-se, que no Concelho, tanto o número de ocorrências como o total da área ardida não se distribui de forma regular.

A figura anterior reflete alguns pormenores interessantes. Em primeiro lugar os grandes incêndios ocorrem, sobretudo, em zonas de muito difícil acessibilidade (vales do rio Mondego e Dão), têm predominância nas freguesias que fazem fronteira com o rio Mondego (Lapa do Lobo, Canas de Senhorim, Nelas e Senhorim) e nem sempre um ano de maior número de ocorrências coincide com o de maior área ardida. Os piores anos, em termos de área ardida, foram 2002 (2280,5 ha), 2005 (1690,4 ha) e 2004 (627,5 ha). No que concerne às ocorrências os anos mais problemáticos foram 1998 (171), 2005 (168) e 2001 (146).

A elevada incidência de incêndios florestais em Portugal e em particular na região Centro constitui um problema grave, complexo e de difícil resolução. A existência de infraestruturas de prevenção e combate eficazes, em número suficiente e bem organizadas é um fator determinante para minimizar o problema dos incêndios.



Figura 2.22 Infraestruturas de combate a incêndios.

Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

No concelho de Nelas, relativamente aos meios de combate terrestres regista-se a existência de 2 sedes de corporações de Bombeiros (Nelas e Canas de Senhorim). Estão identificados igualmente e distribuídos de forma relativamente uniforme 10 pontos de água mistos (com potencial para abastecimento de veículos terrestres e de meios aéreos). Quanto a meios de combate aéreos não se regista a existência de quaisquer infraestruturas no concelho de Nelas. No entanto, assinala-se a existência de infraestruturas nos concelhos vizinhos: helipista em Santa Comba Dão, aeródromo em Viseu e 1 local de *scooping* na Albufeira de Fagilde em Mangualde. Também não se registam pontos de vigia em Nelas.

Relativamente aos pontos de água, estas infraestruturas apresentam-se bem distribuídas pelo concelho. Todavia, designadamente nas freguesias adjacentes ao Rio Mondego, ainda que este se constitua como uma massa de água importante no apoio ao combate dos incêndios, a sua acessibilidade é muito condicionada pelos declives elevados. Esta zona, sendo de risco de incêndio muito alto, deveria albergar mais alguns pontos de água localizados em zonas intermédias entre as de maior declive e as de orografia menos acentuada. Por outro lado, ao longo do rio deveriam ser criadas as condições para a existência de mais pontos de abastecimento aéreo, em face das difíceis acessibilidades que se verificam naquela zona.

A existência de duas corporações de bombeiros é um fator importante que deve ser potenciado no sentido de criar condições a uma maior rapidez no combate e 1ª intervenção. A sua localização é boa e estratégica não apenas nas ações de combate como também de vigilância.

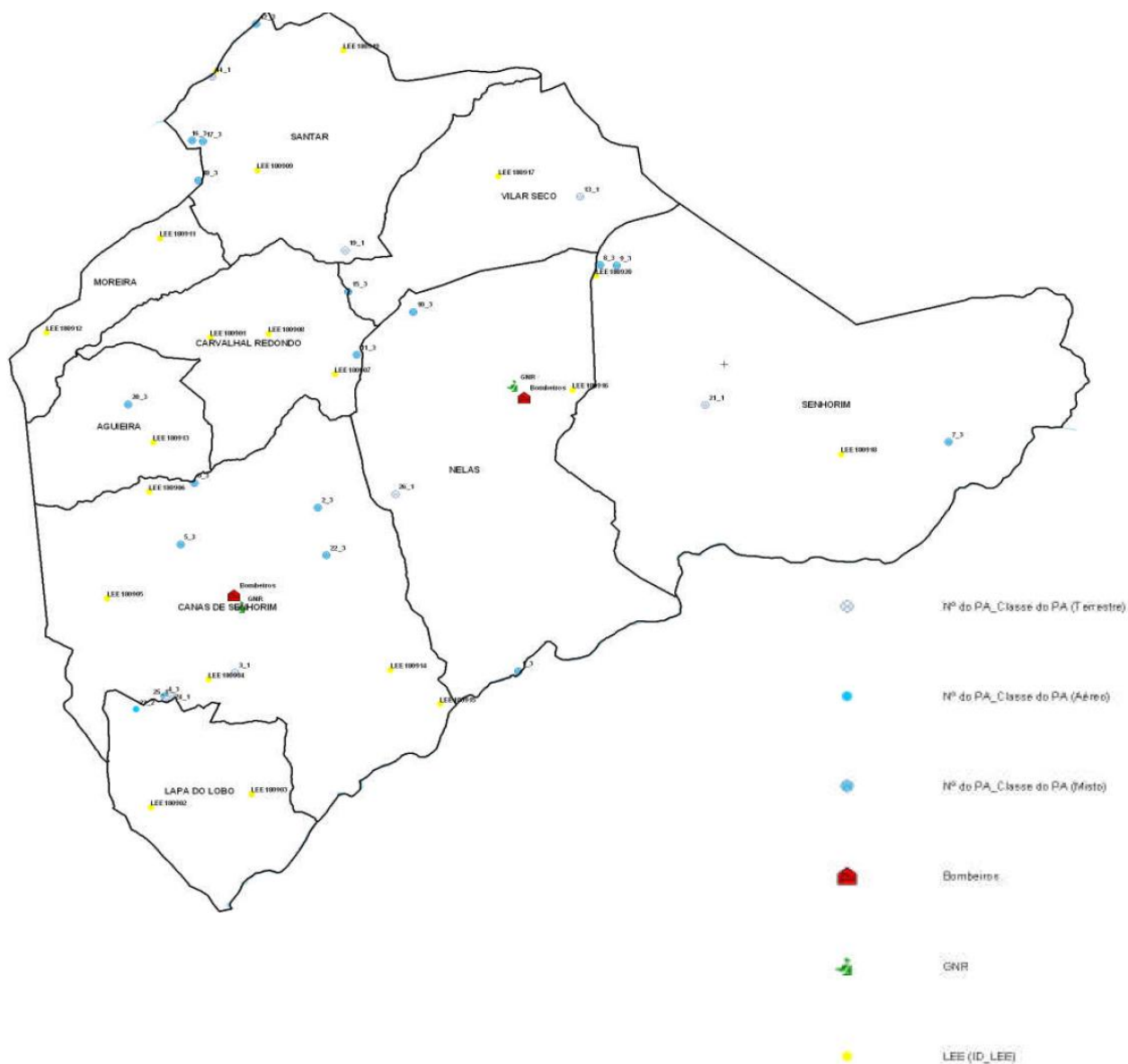


Figura 2.23 Carta da Rede de Pontos de Água, acessibilidade e operacionalidade
Fonte: CEDRUS-PMDFCI 2006

A rede viária constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais. A existência de cartografia de estradas e caminhos em formatos operacionais é, também por isso, de elevada importância para as operações de coordenação de meios de combate a incêndios florestais.

O concelho de Nelas possui uma rede de estradas considerável, nomeadamente o IC 12 (existente) e as Estradas Nacionais 231 desclassificada, 234 desclassificada, e ainda um conjunto importante de estradas e caminhos municipais que asseguram boas ligações a todas as freguesias, perfazendo uma densidade de rede viária de 7 m/ha, enquadrada no segundo valor mais elevado registado na região Dão-Lafões.



Figura 2.24 Rede Viária e Acessibilidades.

Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

Para além destes equipamentos e apoio, deve haver uma rede estratégica infraestruturas viárias que abranjam todo o concelho, tal como caminhos e aceiros e estradas e caminhos florestais acessíveis aos carros dos bombeiros.

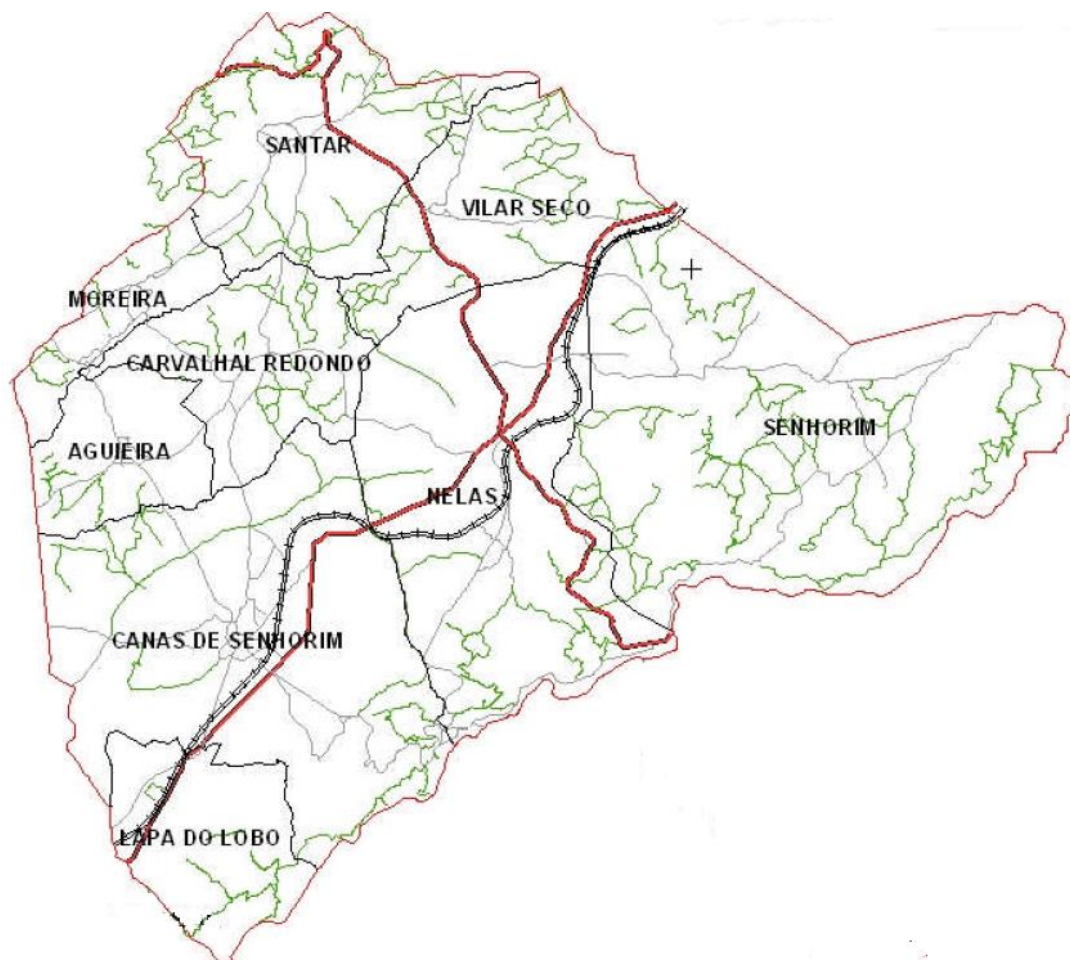


Figura 2.25 Carta da Rede Viária do Concelho de Nelas.

Fonte: CEDRUS-PMDFCI 2006

No que concerne à rede viária florestal, a respetiva densidade por área florestal de freguesia é variável, observando uma média que ronda os 25 m/ha.

Parece-nos, no entanto, adequada às condições existentes uma vez que é claramente superior a 5 m/ha, tal como sugerem os manuais. Todavia, particularizando cada freguesia e analisando o índice de risco de incêndio das mesmas, nas freguesias da Lapa do Lobo e de Canas de Senhorim, seria importante considerar a hipótese de aumentar a respetiva densidade da RVF, uma vez que se tratam de freguesias vulgarmente atingidas por pequenos e grandes incêndios, tendo muitos deles, o seu início em concelhos vizinhos, nomeadamente no concelho de Seia.

A política das Florestas deve ser antes de mais preventiva de modo a que não seja, ano após ano, afetada, assim como a população que muito depende da floresta. Esta política deve envolver as diversas entidades da sociedade civil, desde os bombeiros (voluntários e sapadores), à proteção civil, as associações florestais, as escolas, e toda a população deverá ser informada e envolvida neste processo. Só assim, tentando sensibilizar as populações para a importância da floresta nas suas vidas e para a de todos, poder-se-ão obter resultados frutíferos.

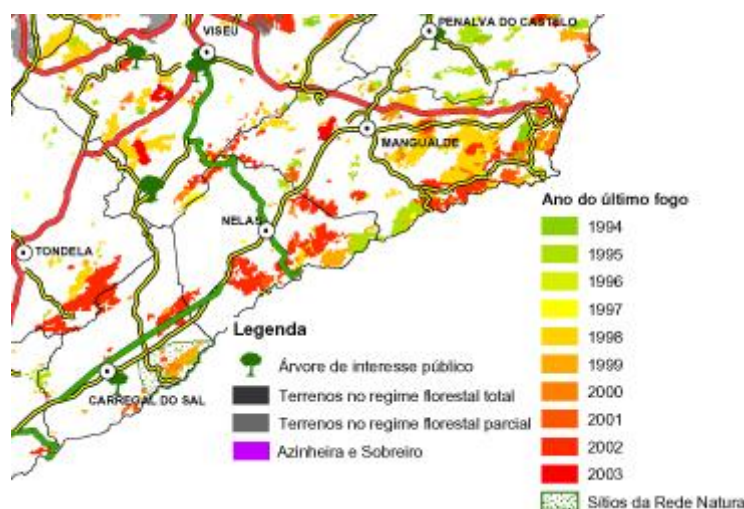


Figura 2.26 Condicionantes Legais.

Fonte: PROF de Dão-Lafões, 2006

As condicionantes legais que terão que entrar em linha de conta, ao fazer o planeamento das áreas florestais. No concelho de Nelas essas condicionantes referem-se praticamente às condicionantes associadas ao ano do último fogo, enquadráveis legalmente num intervalo temporal até 10 anos antes.

C. Regulamento PROF-DÃO LAFÕES| compatibilização com o PDM

Através do regulamento do PROF DL (Decreto Regulamentar n.º 7/2006, de 18 de julho) é possível retirar as principais considerações, as quais serão, sempre que possível, traduzidas no regulamento do Plano Diretor Municipal de Nelas (PDM).

As condicionantes legais terão de entrar em linha de conta, ao fazer o planeamento das áreas florestais. No concelho de Nelas essas condicionantes referem-se praticamente às condicionantes associadas ao ano do último fogo, enquadráveis legalmente num intervalo temporal até 10 anos antes.

A boa gestão e o ordenamento do espaço florestal exigem a compatibilização do PROF DL com o PDM, pelo que se procura a articulação do PDM com este instrumento de ordenamento florestal. As normas do PROF vincularão diretamente todas as entidades públicas e enquadrarão todos os projetos e ações a desenvolver nos espaços florestais públicos e privados.

D. PROF / DL – Proposta de Plano

D.1. Introdução

A Proposta de plano apresentada encontra-se estruturada em três níveis de propostas articuladas entre si. O desenho da proposta de plano inicia-se pela definição de objetivos estratégicos gerais para a globalidade da região PROF (Dão-Lafões), através da utilização de uma análise estratégica baseada na metodologia SWOT.

Da análise resultou um conjunto de objetivos estratégicos que visam desenvolver as potencialidades da região e fazer face às suas vulnerabilidades, constrangimentos e problemas. Com base nesta análise define-se ainda a visão a longo prazo (40 anos) para os espaços florestais da região, assim como se estabelecem as metas a atingir nesse período de tempo.

No segundo nível, são definidos os objetivos específicos, medidas e modelos de organização territorial para cada sub-região homogénea (aqui referem-se as sub-regiões homogéneas que contemplam a área territorial do Concelho de Nelas: Terras do Dão e Floresta da Beira Alta). Os objetivos específicos estabelecem ‘os fins’ que se pretendem atingir no período de vigência do plano (20 anos) e as medidas, ‘os meios’ potenciais para os alcançar.

Os modelos de organização territorial, definidos para cada sub-região homogénea, visam descrever a distribuição espacial dos espaços florestais, assim como definir os processos e técnicas desejáveis para a sua gestão. Estes modelos foram estabelecidos pela identificação das normas de intervenção que se devem aplicar e pela seleção das espécies de árvores florestais e respetivos modelos de silvicultura a privilegiar.

Ao nível da sub-região homogénea, as metas estabelecidas ao nível regional são desagregadas de modo a permitir o alinhamento dos objetivos específicos com os objetivos gerais.

Finalmente, no âmbito da proposta de plano do PROF, foi ainda definido um conjunto de estratégias complementares que abordam questões relevantes para a concretização dos objetivos do PROF, mas cuja definição e regulamentação apresentam um âmbito suprarregional.

D.2. Região PROF / Dão - Lafões

Nesta região, o potencial produtivo dos espaços florestais é elevado sendo as espécies mais ajustadas à região, em termos de potencial produtivo, o pinheiro-bravo, o eucalipto, o carvalho-alvarinho e o carvalho negral. Dão-Lafões tem uma função inegável de contemplação da paisagem e recreio. Em plena bacia do Vouga, entre o Caramulo e o maciço da Gralheira, situa-se a zona de Lafões, composta por uma série de

vales graníticos que favorecem a circulação de água. Já no rio Dão pode-se observar uma paisagem planáltica, em cujas terras férteis se destaca o cultivo da vinha, dando nome ao famoso Vinho do Dão. Na zona Norte da região são dignas de registo as águas cristalinas do Rio Paiva, um dos menos poluídos da Europa, enquadradas pelos campos de cultivo e pelas montanhas. A silvopastorícia, caça e pesca desempenham igualmente um papel importante na economia da região.

Todas estas características orográficas, e as edafo-climáticas que caracterizam Dão-Lafões fazem com que a proteção seja um fator importante a considerar, devendo articular-se com as demais funções que ocupam este espaço numa perspetiva multifuncional.

D.1.2. Estratégia Genérica

Como se referiu atrás, no âmbito da proposta de plano, para a definição das estratégias foi efetuada uma análise baseada na metodologia SWOT, que se traduziu na referenciação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, trabalhados posteriormente para a constituição dos objetivos estratégicos gerais, organizados em potencialidades (pontos fortes x oportunidades), constrangimentos (pontos fortes x ameaças), vulnerabilidades (pontos fracos x oportunidades) e problemas (pontos fracos x ameaças).

Tal fase de trabalho, e conseqüente análise, consubstanciou-se na construção da visão estratégica: espaços florestais em estágios da sucessão ecológica mais avançados enquadrados nos valores paisagísticos e culturais.

D.1.3. Objetivos Específicos

Na elaboração dos objetivos específicos para a região PROF, a metodologia seguida neste plano prevê a sua especificação por sub-região homogénea. No entanto, existe um conjunto de objetivos, medidas e indicadores que, pela sua importância e abrangência geográfica, são comuns a todas as sub-regiões homogéneas. As medidas, consideradas e aplicáveis a toda a região PROF englobam as seguintes questões: incêndios florestais, estrutura da propriedade e gestão incipiente e monitorização do desenvolvimento florestal e cumprimento do plano (Quadros 2.1, 2.2 e 2.3).

D.3. Sub-Região Homogénea Terras do Dão

Relativamente à caracterização e propostas do plano para esta sub-região homogénea, aquela onde se insere praticamente toda a extensão do território de Nelas, não é possível proceder à sua análise no âmbito deste documento em virtude de o relatório entregue à equipa do plano, referente à segunda fase de elaboração dos trabalhos do PROF de Dão-Lafões, na parte que se deveria falar sobre esta unidade, contém informações sobre outra unidade.

Quadro 2.1. Medidas aplicáveis a toda a Região PROF : incêndios florestais.

Incêndios Florestais	
Objetivo 1. Diminuir o número de ocorrências de fogos florestais.	Medida: promover campanhas de sensibilização, junto da população local, para a prevenção de incêndios florestais. Medida: controlo da carga de combustível em locais de maior risco, como sejam as bermas das estradas, parques de merendas e outros locais que se considerem potencialmente perigosos. Medida: Aumentar o número de brigadas de sapadores florestais e intensificar a sua ação em áreas consideradas de maior risco de incêndio.
Objetivo 2. Diminuir a área queimada.	Medida: Reduzir a continuidade horizontal da vegetação de forma a garantir que não subsistam grandes manchas contínuas de vegetação, e/ou biomassa. Medida: Aumentar a eficácia da deteção e da primeira intervenção em incêndios florestais.

Quadro 2.2. Medidas aplicáveis a toda a Região PROF : estrutura da propriedade e gestão incipiente.

Estrutura da Propriedade e Gestão Incipiente		
Objetivo 3. Promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão.	Objetivo 3.1. Divulgar informação relevante para o desenvolvimento da gestão florestal.	Medida: Manter atualizado e disponível para os gestores e proprietários florestais, um conjunto de informações relacionadas com os valores de mercado dos produtos florestais, os montantes associados aos custos de produção por sub-região e uma listagem das empresas e entidades do setor.
	Objetivo 3.2. Realização do cadastro das propriedades florestais.	Medida: Implementação de um processo simplificado da atualização do cadastro. Medida: Isenção ou redução de taxas e emolumentos notariais na constituição de áreas de dimensão mínima viável até ao limite de obrigatoriedade de PGF.
	Objetivo 3.3. Dinamização das áreas abandonadas.	Medida: Penalização efetiva das situações de não-realização de operações silvícolas mínimas previstas num Plano de Gestão Florestal ou nas ações de prevenção dos incêndios consagradas numa Zona de Intervenção Florestal. Medida: Criar mecanismos que permitam a possibilidade do Estado assumir direta ou indiretamente a gestão de áreas abandonadas. Medida: Na venda de áreas abandonadas dar preferência de aquisição às sociedades de gestão de fundos imobiliários florestais quando confinantes a áreas sob a sua gestão e que apresentem um plano para a área que siga as orientações estratégicas do Plano Regional de Ordenamento Florestal para a sub-região na qual se insere.
	Objetivo 3.4. Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada.	Medida: Isenção do imposto municipal sobre imóveis (IMI) na constituição de áreas de gestão única. Medida: Isenção ou redução do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT). Medida: Crédito bonificado para aquisição de terrenos pelos comproprietários ou herdeiros. Medida: Direito de preferência aos proprietários confinantes para a aquisição de terrenos com dimensão inferior à área mínima. Medida: Apoio à constituição de agrupamentos de produtores conducentes a uma gestão única profissional. Medida: Acesso preferencial a fundos públicos para áreas mínimas que tenham sido constituídas para efeitos de investimento. Medida: Concessão de apoio financeiro a fundo perdido para as ações de arborização, rearborização e beneficiação em áreas mínimas que tenham sido constituídas para efeitos de investimento. Medida: Devolução ou isenção do IVA suportado na aquisição de fatores de produção decorrentes das ações de constituição de áreas mínimas de gestão. Medida: Apoiar a criação de fundos de investimento imobiliário e florestal. Medida: Atribuição de benefícios fiscais aos sujeitos passivos que constituam áreas de dimensão mínima.
	Objetivo 3.5. Aumentar a incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão através da sua divulgação ao público-alvo.	Medida: Criar manuais de silvicultura bem fundamentados e com uma linguagem acessível. Medida: Promover ações de formação periódicas e convenientemente divulgadas, para proprietários, gestores e dirigentes associativos, que abranjam tanto uma componente de gestão dos espaços florestais como uma de comercialização de produtos finais.

Quadro 2.3. Medidas aplicáveis a toda a Região PROF : monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano.

Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano

Objetivo 4.

Monitorizar o desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano.

Medida: Realizar periodicamente cartografia de ocupação dos espaços florestais.

Medida: Realizar periodicamente inventários florestais da região PROF.

Medida: Apoiar a realização de trabalhos de recolha de informação para o cálculo dos indicadores do plano.

Medida: Desenvolver um sistema de informação de monitorização do cumprimento das metas e objetivos previstos no plano.

D.4. Sub-Região Homogénea Floresta da Beira Alta

Os espaços florestais da sub-região homogénea da Floresta da Beira Alta, na qual se integram uma faixa a Norte e uma porção a Este do concelho de Nelas, apresentam um elevado potencial produtivo lenhoso demonstrando igualmente potencialidades para o desenvolvimento de atividades de recreio, enquadramento e estética da paisagem, com uma crescente procura por parte das populações dos centros urbanos mais próximos. O desenvolvimento destas potencialidades deve ser realizado de forma integrada tendo em conta a proteção das margens, fixação de vertentes e cabeceiras de bacias. A importância destas potencialidades e condicionantes reflete-se na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

- 1.^a função: produção
- 2.^a função: recreio, enquadramento e estética da paisagem
- 3.^a função: proteção

Segundo a proposta de plano do PROF-DL, nesta sub-região não se podem descurar as manchas contínuas principalmente de pinheiro-bravo, cujo aumento ou manutenção de área devem ter em conta questões de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente no que diz respeito à descontinuidade de vegetação e carga de combustível. Todas estas questões devem ser abordadas de uma forma integrada conjugando as múltiplas funções dos espaços florestais que constituem esta sub-região e suas condicionantes.

D.1.4. Pontos Fortes e Pontos Fracos

A proposta de plano do PROF aponta entre os principais pontos fortes, para a sub-região homogénea da Floresta da Beira Alta, e mais diretamente relacionados com o território de Nelas, o elevado potencial produtivo para um elevado conjunto de espécies (eucalipto, pinheiro-bravo, castanheiro, carvalho-alvarinho e carvalho-negral); região com elevados valores paisagísticos, muito próximos dos centros urbanos (paisagem de montanha, vale do Dão, rios e ribeiras); recreio e lazer (Caldas da Felgueira).

Os principais pontos fracos apontados no âmbito do Plano Regional de Ordenamento Florestal são o risco de incêndio muito alto e alto (grande n.º de ocorrências por área de freguesia) e risco de erosão nas vertentes dos afluentes do rio Dão.

D.1.5.Objetivos Específicos

Os objetivos específicos traçados na proposta de plano do PROF são os apresentados no Quadro 2.4.

Quadro 2.4. Objetivos Específicos aplicáveis à sub-região homogénea de Floresta da Beira Serra.

Objetivo 1.

Aumentar a área arborizada dos espaços florestais e promover a sua recuperação através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo para a região.

Objetivo 2.

Aumentar e adequar a totalidade dos espaços florestais ao uso para atividades de contemplação da paisagem, recreio e lazer ligadas à natureza.

Objetivo 3.

Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores.

Objetivo 3.1.

Identificar as zonas com bom potencial para o desenvolvimento da atividade da pesca.

Objetivo 3.2.

Desenvolver o ordenamento dos recursos piscícolas.

Objetivo 3.3.

Dotar todas as zonas prioritárias para a pesca identificadas no inventário, com infraestruturas de apoio (ex. acessos e pontos de pesca).

Objetivo 3.4.

Recuperar os troços de água degradados.

Objetivo 3.5.

Criar zonas concessionadas para a pesca.

Objetivo 4.

Dotar os espaços florestais sob gestão da administração pública com planos de gestão adequados.

Objetivo 5.

Proteger as vertentes dos afluentes do rio Vouga e Mondego.

Objetivo 5.

Proteger as vertentes dos afluentes do rio Vouga e Mondego.

D.1.6.Modelo de Organização Territorial

Quanto ao modelo de organização territorial para esta sub-região, a proposta de plano do PROF-DL apresenta um conjunto de normas de intervenção a aplicar referentes aos:

- Espaços florestais com função de produção;
- Espaços florestais com função de recreio, enquadramento de atividades de recreio e contemplação, bem como o enquadramento de equipamentos turísticos;

- Espaços florestais de suporte à pesca;
- Espaços florestais com função de proteção da rede hidrográfica, proteção contra a erosão hídrica e cheias.

De uma forma mais localizada, a proposta discrimina ainda outras normas a aplicar em zonas mais específicas, nomeadamente:

- Espaços florestais com função de produção, em particular nos espaços florestais sob gestão da administração pública com carvalhos de elevado potencial produtivo para a sub-região e/ou castanheiro.

E. Contribuições para o Ordenamento

No âmbito da proposta de plano do PROF-DL, o concelho de Nelas integra duas sub-regiões homogéneas, a saber: *Floresta da Beira Alta* e *Terras do Dão*.

Desta forma, e atendendo à hierarquização de funções propostas para estas áreas, o concelho de Nelas estará especialmente vocacionado para a função produção, sendo a primeira função atribuída aos espaços pertencentes a ambas as sub-regiões homogéneas, contemplando ainda a silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores como segunda função na sub-região homogénea das Terras do Dão e recreio e estética da paisagem na Floresta da Beira Alta. A função recreio e estética da paisagem é atribuída como terceira função nas Terras do Dão, e a função proteção na Floresta da Beira Alta.

Quadro 2.5. Síntese da hierarquia de funções propostas no âmbito do PROF-DL nas sub-regiões com incidência em Nelas.

	Terras do Dão	Floresta Beira Alta
1.ª função	produção	produção
2.ª função	silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores	recreio e estética da paisagem
3.ª função	recreio e estética da paisagem	proteção

Da proposta de plano do PROF-DL importa, então, integrar as suas contribuições para o ordenamento municipal, nomeadamente no campo a que está mais diretamente relacionado, do ordenamento florestal. Desta forma, a proposta apresenta parâmetros gerais dos espaços florestais, com incidência no território de Nelas (no caso aplicáveis à Floresta da Beira Alta, visto não se dispor de informação para as terras do Dão):

- Superfície e n.º de espaços equipados para recreio e lazer
não existe informação necessária para indicar este valor;
- Área máxima de maciços contínuos de terrenos arborizados
50 h (de acordo com o Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de junho);
- Área máxima de maciços contínuos sujeitos a silvicultura intensiva
50 h (de acordo com o Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de junho);

Relativamente às espécies de árvores florestais e modelos de silvicultura a privilegiar, a proposta de plano do PROF-DL refere que, no caso da sub-região homogénea Floresta da Beira Alta, cuja primeira função atribuída pela proposta de plano é a de produção, as espécies de árvores florestais referenciadas são o pinheiro-bravo, o eucalipto, o castanheiro, o carvalho-alvarinho, carvalho carquinho, carvalho negral.



Figura 2.27 Sub-regiões Homogêneas com incidência territorial em Nelas.

Fonte: PROF de Dão-Lafões.

Quadro 2.6. Espécies de Árvores Florestais e Modelos de Silvicultura a Privilegiar na Sub-região da Floresta da Beira Alta.

Espécies de Árvores Florestais e Modelos de Silvicultura a Privilegiar na Sub-região da Floresta da Beira Alta	
Pinheiro Bravo	Povoamento puro de pinheiro-bravo, para produção de lenho
	Povoamento misto de pinheiro-bravo e castanheiro, para produção de lenho
Eucalipto	Povoamento puro de eucalipto em talhadia, para produção de lenho
Castanheiro	Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de lenho
	Povoamento puro de castanheiro em talhadia para produção de lenho
Carvalho alvarinho	Povoamento puro de carvalho-alvarinho para produção de lenho
Carvalho cerquinho	Povoamento puro de carvalho-cerquinho para produção de lenho
Carvalho negral	Povoamento puro de carvalho-negral para produção de lenho